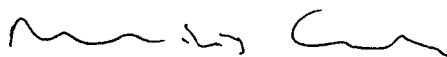
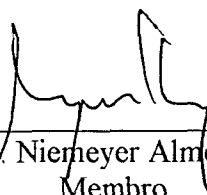


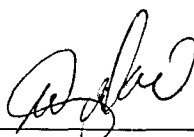
Dissertação defendida e aprovada em 13 de setembro de 2004, pela banca examinadora:




Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo
Orientador



Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Membro



Prof. Dr. Paulo Nakatani
Membro



Profª Drª Vanessa Petrelli Corrêa

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE/UFU

SISBI/UFU



1000224385

AMÉRICO
JURCA

OS
IMPACTOS
DO FIM DO
CAME
SOBRE A
SOCIEDADE
PÓS-
REVOLUCIO
NÁRIA
CUBANA E O
SOCIALISMO
NA ILHA

IE/UFU

2004

EPÍGRAFE

(...) toda noção do desenvolvimento se estrutura sobre uma certa concepção do homem e representa uma certa noção do mundo; na realidade, uma certa ideologia. Ora, sabemos que os ideólogos mais perigosos são aqueles que crêem estar descomprometidos com qualquer tipo de ideologia.”

(Rudolf Strahm)

1101
332040.1,
2004
10/11/04

III

OS IMPACTOS DO FIM DO CAME SOBRE A SOCIEDADE PÓS-
REVOLUCIONÁRIA CUBANA E O SOCIALISMO NA ILHA

AMÉRICO JURCA

INSTITUTO DE ECONOMIA - MESTRADO

MARCELO DIAS CARCANHOLO
PROFESSOR DOUTOR

UBERLÂNDIA
2004

OS IMPACTOS DO FIM DO CAME SOBRE A SOCIEDADE PÓS-
REVOLUCIONÁRIA CUBANA E O SOCIALISMO NA ILHA

AMÉRICO JURCA

Dissertação (Tese) submetida ao corpo docente do INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo - Orientador

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Prof. Dr. Paulo Nakatani

Uberlândia

2004

Jurca, Américo

Os impactos do fim do CAME sobre a sociedade pós-revolucionária cubana e o socialismo na ilha/ Américo Jurca. – Uberlândia, 2004.

xi, 260 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Instituto de Economia – 2004.

Orientador: Marcelo Dias Carcanholo

I. Cuba. 2. Socialismo. 3. Economia - Teses.

I. Carcanholo, Marcelo Dias (Orient.).

II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia.

III. Título.

RESUMO

JURCA, Américo. **Os impactos do fim do CAME sobre a sociedade pós-revolucionária cubana e o socialismo na ilha**. Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. Uberlândia : UFU, 2004. Dissertação (Mestrado em Economia).

As circunstâncias históricas em que se deu a revolução cubana, no auge da chamada Guerra Fria, além da localização geográfica de Cuba e das particularidades da sua relação com os EUA, foram decisivas para uma aproximação com os países do bloco soviético. Com a derrocada do "socialismo real" e o fim do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), Cuba se viu, abruptamente, privada de condições que se faziam indispensáveis à sua sobrevivência enquanto nação que buscava desenvolver-se em bases socialistas. Sobreveio a crise, no final dos anos de 1980. Firme nos propósitos de manter o ideal socialista, Cuba empreende um recuo estratégico, abrindo sua economia para relações com os países capitalistas e ampliando o espaço para a economia de mercado dentro de suas fronteiras. A economia cubana permanece basicamente sob o regime de propriedade estatal dos meios de produção e centralmente dirigida. Apesar das reformas e da ampliação do uso de relações monetário-mercantis, o discurso do Governo é de não abdicar de prosseguir no aperfeiçoamento do socialismo na Ilha.

ABSTRACT

JURCA, Américo. **Os impactos do fim do CAME sobre a sociedade pós-revolucionária cubana e o socialismo na ilha** . Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. Uberlândia : UFU, 2004. Dissertação (Mestrado em Economia).

Abstract

The historical circumstances in which Cuban Revolution took place, at the climax of the Cold War, besides Cuba's geographic position and its singular relationship with the United States, were decisive to its approach to the soviet field. With the ruin of the so called "real socialism" and the end of CAME, Cuba was suddenly deprived of the conditions that were essencial to its survival as a country that seeks development in a socialist basis. The crises of the nineteen eighties did not make Cuba to give up the socialist ideal, and the country now undertakes an strategical retreat , opening its economy to the capitalist world and giving more room for market relations. Cuban economy basically remains under a regime of State property and is still, to a great extent, centrally planned. Despite the reforms and the increasing use of monetary and trade relations , government authorities declare firmly its intent of keeping on improving the socialist trend.

/MEG.

SUMÁRIO

Capítulo I - Visão geral do comportamento da economia cubana desde o período da Revolução até o começo da crise dos anos de 1990.	
1.1 - Período do CAME.....	07
1.2-Reação à nova conjuntura dos anos de 1980.....	09
Capítulo II - A crise econômica cubana.....	17
2.1 – A importância das relações com o CAME	17
2.2- Os elementos da crise no setor produtivo.....	21
* A crise na indústria.....	23
* A indústria açucareira.....	24
* A indústria do níquel.....	26
* Alimentos e indústria leve.....	27
* A indústria leve	28
* A indústria de bens intermediários.....	29
* As indústrias siderúrgica, mecânica e eletrônica.....	30
* A indústria farmacêutica.....	31

* A indústria de materiais de construção.....	31
* As mudanças na agricultura.....	31
2.3 - Os impactos sociais da crise.....	34
2.4 - Os problemas macroeconômicos.....	35
Capítulo III - As reformas.....	42
Capítulo IV- O socialismo de Marx e Engels: fundamento do regime cubano.....	62
4.1- O que se buscava em Cuba?.....	69
Conclusão.....	85
Bibliografia.....	92

Capítulo I - Visão geral do comportamento da economia cubana desde o período da Revolução até o começo da crise dos anos de 1990.

Cuba faz parte do grupo de países que formavam o antigo campo do chamado “socialismo real”. Com a nova divisão do mundo entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial, expande-se o território (inicialmente restrito à União Soviética) em que a orientação econômica preponderante é socialista. Um grupo de nações do Leste da Europa, a China, alguns pequenos países da Ásia, algumas ex-colônias européias que conseguiram sua libertação e a própria Cuba vão, com menor ou maior atraso, integrar-se a esse novo campo de economias planificadas, centralmente dirigidas. Trata-se do período conhecido como “Guerra Fria”, marcado pela disputa por zonas de influência entre as duas maiores potências militares mundiais à época, EUA e URSS. Pelo menos em aparência, esse conflito se apresentava como de duas alternativas de organização social, de regimes econômicos, de sistemas políticos opostos, a saber, o socialismo (ou comunismo, como o chamam os ideólogos burgueses, para a confusão geral!) e o capitalismo.

A revolução que levou à queda do ditador Fulgêncio Batista, aliado dos Estados Unidos em Cuba, não eclodiu como um levante comunista. Surgiu baseada num ideário nacionalista, democrático-popular e inicialmente não trazia inscrito em sua bandeira a opção pelo socialismo. Entretanto, dadas as ligações históricas entre EUA e Cuba, e de ter aquele país muitos interesses a defender na Ilha, seria previsível que Cuba, havendo então o apelo do socialismo, até aquela época propalado como vigente na URSS, tomasse o caminho da integração ao bloco de orientação socialista, mesmo por uma questão de sobrevivência. Evidentemente, há que se levar em conta a

proximidade do caráter das demandas da revolução democrática cubana com os ideais socialistas.

Portanto, naquele instante, dado que não poderia contar com a ajuda norte-americana, além de que havia o interesse soviético por implantar um regime preposto em plena vizinhança dos EUA, o País naturalmente voltou-se para a opção socialista, e pouco tempo depois da tomada do poder em Sierra Maestra anunciou definitivamente seu desejo de também se tornar socialista.

Começam então a mudar os rumos da economia em Cuba. Das nacionalizações e da primeira Lei de Reforma Agrária (maio de 1959), no período imediatamente posterior à Revolução, foi rápido o passo para a transformação de uma economia organizada em bases capitalistas para outra, de propriedade estatal dos meios de produção.

A economia cubana, historicamente, se caracteriza como monocultora e voltada para a exportação. O principal produto, até bem poucos anos atrás, era o açúcar, que apesar de estar atualmente em segundo lugar, suplantado pelo turismo¹, em termos de geração de divisas, continua respondendo por quase metade do valor das exportações cubanas. Para se ter uma noção do que isso representa, até meados do século passado, às portas da Revolução, a produção de açúcar respondia por cerca de 80% do valor das exportações cubanas e por 25% do valor do PIB. De qualquer modo, mesmo com as atuais mudanças e o desenvolvimento de novas atividades, permanece válido o argumento de que a economia cubana sustenta-se ainda em boa medida na produção de açúcar.

¹ Segundo a CEPAL(1997,p.167), durante a década de 1990, o turismo assumiu o posto de setor mais dinâmico da economia cubana.Depois de 1994, tomou o lugar da indústria açucareira em termos de rendimentos brutos em divisas.Apesar disso, sua contribuição líquida para o produto, em razão de que não tem tantas ligações com o resto da economia, ainda é menor do que a da indústria açucareira.

E o fato de ser a economia da Ilha assentada fortemente na produção canavieira e de que, à época da revolução, 56% das terras utilizadas para o plantio de cana estivesse nas mãos dos capitalistas estrangeiros, fez com que desde logo a direção política e as medidas de intervenção na economia tomadas durante e após a revolução de 1959 adquirissem um caráter socialista. Assim, a nacionalização das terras de pronto transformou a parte principal da economia em propriedade estatal, e a propriedade privada da terra praticamente se extinguiu. Pouco mais tarde, em 1963, há um aprofundamento dessas medidas, com a publicação da segunda Lei de Reforma Agrária, e então, 92% da terra passa a ser propriedade estatal. Em 1960 essa cifra era de 72%(Bañuelos,G.P. , 2001, p.87).

No que se refere à indústria e às firmas de serviços - as refinarias e centrais açucareiras, as empresas de telefonia e elétricas, de transporte, comerciais etc -elas também foram nacionalizadas. Assim, no período que vai de 1960 a 1963 “ocorre uma mudança qualitativa nas relações de propriedade que destrói as relações sociais capitalistas de produção em Cuba” (Bañuelos, G. P., 2001, p. 88).

Evidentemente que, sendo a produção açucareira o setor mais importante da economia cubana, uma mudança nas relações de propriedade nela equivaleria a uma ampla mudança nas relações de classe. Quase todas as classes sociais e suas subdivisões à época da revolução estavam ligadas à produção de açúcar, além do que, a parte mais importante desse setor estava em mãos de capitalistas estrangeiros. Nas propriedades dos latifundiários plantava-se principalmente a cana, o restante era utilizado para pecuária extensiva. Já os capitalistas açucareiros provinham em sua maioria de monopólios norte-americanos. Eles controlavam a maior parte da produção e distribuição de açúcar cubano no mercado mundial.

Esses eram os dois estratos mais importantes das classes dominantes em Cuba e que, tendo sido expropriados, pouco restou de relações sociais de produção capitalistas. Os outros estratos da classe dominante tinham participação marginal na economia e, por essa razão, não detinham poder político importante. Na agricultura ainda se manteve um segmento de micro e pequenas propriedades, bem como no transporte de carga, mas isso se dá em torno de pequenos proprietários cujo número é reduzido. Enfim, já em 1960, 80% dos meios de produção em Cuba são de propriedade estatal.

O período entre 1961 e 1963 é considerado como de transição para o socialismo. Naturalmente, muda-se a forma de gestão da economia. Cria-se a Juceplan (Junta Central de Planejamento), pois se trata agora de implementar a planificação das atividades. É nessa época que as várias organizações revolucionárias se fundem no Partido Comunista Cubano, que toma para si o comando do Estado e centraliza as decisões econômicas. O sistema político se aproxima então ao dos países do socialismo real.

No primeiro plano econômico, fez-se a opção pela industrialização baseada num modelo substitutivo de importações, principalmente em bens intermediários e de produção. Procurou-se diversificar a estrutura da economia. Um pouco mais tarde, a partir de 1964, e segundo a CEPAL(1997,.pp.28-29), diante de alguns desequilíbrios macroeconômicos(que ela não especifica), mudam-se as prioridades e procura-se então investir nas relações externas, mais precisamente com os países do socialismo real, e assim Cuba reorienta a economia para a produção de bens primários, tarefa que lhe coube na divisão internacional do trabalho com aqueles países.

No que se refere à direção da economia, até mais ou menos 1968, adotava-se uma espécie de dualismo no modelo de planificação. Ele era centralizado, mas

parte da economia funcionava com relações monetário-mercantis entre as empresas estatais, e a outra parte era baseada em administração orçamentária, isto é, em um fundo orçamentário de financiamento (Bañuelos, G.P.,2001,p.102). Os próprios dirigentes cubanos admitiam que tal sistema era irrealista, pois, se por um lado se diferenciava do sistema de cálculo econômico já adotado nos países de orientação socialista, por outro também guardava diferenças com um sistema orçamentário puro, que não contempla formas mercantis e nem qualquer sistema de pagamentos entre as empresas estatais.

E esse dualismo acarretava novos problemas, como por exemplo, a supressão de pagamentos e cobranças entre as empresas estatais acabou por piorar a disciplina financeira delas, o meio circulante crescia demasiadamente, o problema da escassez não melhorava etc. Assim, desde 1965 procura-se encontrar alternativas a esse modelo. E as tentativas de solução dos problemas foram na direção do aprofundamento do controle econômico pelo Estado. Em 1968, segundo Gilberto P. Bañuelos (2001), ocorre o ápice de uma “ofensiva revolucionária”² e os últimos resquícios da propriedade capitalista (pequena propriedade) foram praticamente extintos - trata-se do pequeno mercado de bens e serviços que atendiam a população e fazia vendas ao Estado.

O resultado final foi a eliminação do restante da pequena propriedade particular, como o transporte de cargas, a prestação de serviços, o pequeno comércio. Portanto, liquida-se a produção mercantil em Cuba, ainda que na agricultura as coisas não se tenham modificado. Sendo a economia quase toda estatizada, a maioria das pessoas agora trabalha em empresas estatais e a grande maioria dos valores de uso é

² Fidel Castro, num discurso em Havana, em junho de 1968, assim justificava a necessidade da “ofensiva revolucionária”: em Cuba, “ ‘subsiste uma verdadeira nata de privilegiados que vive do trabalho alheio (...) e quem disser que o capitalismo está moribundo, mente:o capitalismo tem de ser arrancado pela raiz, o parasitismo tem de ser arrancado pela raiz, a exploração do homem pelo homem tem de ser extirpada pela raiz’ ”(Cit. por Bañuelos, G.P.,2001,p.96)

distribuída pelo Estado.Considera-se que os resultados da “ofensiva revolucionária” não tenham sido bons, pois a economia praticamente estanca.(Bañuelos, G. P.,2001,p. 103). Gilberto P. Bañuelos (2001,p. 103) fala de dois períodos de estancamento, entre 1961 e 1963, (pelo fato de a economia estar começando a planificação, sem a experiência necessária etc.) e entre 1966 e 1969, etapa da “ofensiva revolucionária”.As taxas foram de 3,2% ,em 1961,-3,3%, em1962 e -0,6%, em 1963.Depois tivemos -2,2% ,em 1966, -3,0% em 1968 e 0,6%, em 1969.

Estrutura da propriedade estatal:1960,1963,1968.

SETOR	Setor estatal				Setor não estatal(privado)			
	50's	1960	1963	1968	50's	1960	1963	1968
Agropecuário	0%	37%	70%	70%	100%	63%	30%	30%
Indústria	0%	85%	95%	100%	100%	15%	5%	0%
Construção	0%	80%	98%	100%	100%	20%	2%	0%
Transporte	0%	92%	95%	100%	100%	8%	5%	0%
Comunicações	0%	50%	75%	100%	100%	50%	25%	0%
Com.Varejista	0%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	0%
Com.Exterior	0%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	0%
Bancário	0%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	0%
S. Estatal	0%	81%	92%	96%				
S. Não Estatal	100%	20%	8%	4%				

Fonte:Bañuelos,G. P., 2001,p.266

Nacionalizações durante a ofensiva revolucionária

Províncias	Empresas nacionalizadas	%
Pinar Del Rio	2,136	3,7
Habana	16,634	28,7
Matanzas	3,545	6,1
Las Villas	12,892	22,2
Camagüey	6,005	10,4
Oriente	16,8	29,0
Total	58,012	100,0

Fonte:Bañuelos,2001,p. 268.

Comportamento anual da economia:1960-1971 (em %)

Indicador	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
PSGnacional	0	3,2	-3,3	-0,6	7,8	7,8	-2,2	11,7	-3,0	0,6	8,0	4,3
Indústria	0	-2,3	-4,1	-,02	4,0	7,9	-1,3	11,9	-4,7	13,9	13,0	1,1
Agropecuária	0	2,9	-6,5	-3,9	7,0	9,7	-10,7	19,0	2,1	-0,1	3,6	-7,3
Construção	0	50,7	-4,1	2,2	21,6	29,9	-5,2	11,7	-20,5	-14,4	-1,4	31,2
Transporte	0	5,4	-3,9	-1,9	16,6	7,8	-3,4	10,7	-2,2	4,0	15,6	-6,7
Comunicação	0	4,3	4,4	6,6	1,2	5,5	8,2	1,6	8,5	0,5	10,4	1,9
Comércio	0	5,2	1,0	0,4	9,0	-0,3	3,5	7,1	2,9	0,9	4,7	14,0

Fonte: Bañuelos, 2001, p.269.

As relações com o mundo capitalista também se alteram muito e a dependência para com os países do socialismo real aumenta bastante. Em 1960, temos que 81% das importações vinham de países capitalistas, sendo que em 68, eram somente 21% .As exportações para estes mesmos países eram 75% em 1962, e passam a 26% em 1968.

Comércio de Cuba com a economia mundial:1960-1972 (em milhões de pesos correntes)

Econ.mundial	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Importações	579,9	638,7	759,3	867,3	1019	866,2	925,5	999,1	1103	1222	1311	1388	1190
P. Socialistas	108,6	446,8	629	703,6	691,1	658,9	739	790,2	874,5	902,6	915,8	969,5	914,6
CAME	97,3	352,6	534,5	605,2	567,8	524,9	640	699,5	786,3	807,5	825,5	873,4	829,4
U.Soviética	80,2	262,6	411,4	460,9	410	428,4	521,2	582	671,8	669,1	690,6	730,8	714,4
Resto	17,1	90	123,1	144,3	157,8	96,5	118,8	117,5	114,5	138,4	134,9	142,6	115
E. capitalistas	471,3	191,2	130,3	163,7	327,2	207,3	186,5	208,9	227,9	319	395,2	418	275,2
Exportações	608,3	626,4	522,3	543,4	714,4	690,8	597,8	705	651,4	666,7	1050	861,2	770,9
E.socialistas	149,9	463,7	428	366,5	422,6	536,8	482,3	573,2	483,5	443,1	777,1	557	414,3
CAME	115,1	367,6	332,1	288	329,6	423,1	384,7	479,6	410,9	362,2	677,7	461,9	349,3
U.Soviética	103,5	303,7	221,9	163,9	275	322,5	274	366,1	289,6	233	529	303,7	224,1
Resto	11,6												
E. capitalistas	458,4	162,7	94,3	176,9	291,8	153,8	115,5	131,8	167,9	223,6	272,4	304,2	356,6
Saldo Comercial	28,4	-12,3	-237	-324	-304	-175	-328	-294	-451	-555	-261	-526	-419

Fonte: Bañuelos, G.P., 2001, p.270

Estrutura do comércio de Cuba :1960-1972 (em %)

Economia Mundial	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Importações	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
P.Socialistas	19	70	83	81	68	76	80	79	79	74	70	70	77
CAME	17	55	70	70	56	61	69	70	71	66	63	63	70
U.Soviética	14	41	54	53	40	49	56	58	61	55	53	53	60
Resto	3	14	16	17	15	11	13	12	10	11	10	10	10
E. Capitalistas	81	30	17	19	32	24	20	21	21	26	30	30	23
Exportações	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
P.Socialistas	25	74	82	67	59	78	81	81	74	66	74	65	54
CAME	19	59	64	53	46	61	64	68	63	54	85	54	45
U.Soviética	17	48	42	30	38	47	46	52	44	35	50	35	29
Resto	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E. Capitalistas	75	26	18	33	41	22	19	19	26	34	28	35	46

Fonte: Bañuelos, G.P., 2001, p.270.

1.1 - Período do CAME

No início da década de 1970, já havia sido criada uma infra-estrutura produtiva e um equipamento mínimo para um arranque econômico. A indústria elétrica estava desenvolvida, havia qualificação de mão de obra etc. Assim é que Cuba, em 1972, se incorpora definitivamente ao CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), organismo do qual já participava desde meados dos anos de 1960, como observador.

O CAME, nessa época, adotou o chamado “Programa Complexo de Integração Econômica”, que era o que orientava as medidas econômicas e de organização a serem aplicadas de forma a igualar os níveis de desenvolvimento entre os países membros do Conselho. Para tirar proveito dos projetos do CAME, Cuba, nos anos de 1970, vai se aproximar cada vez mais da Europa do Leste e da União Soviética, aproximação tanto econômica quanto política e ideológica.

Pouco antes, a partir de 1971, o País começa a implementar novas formas de gestão econômica, de modo a criar um sistema de direção e planificação que fosse compatível com as normas exigidas pelo CAME.

Para essa integração foram sendo criadas certas condições em Cuba, como o fortalecimento do aparato estatal, a vinculação do salário às normas de produtividade, a recuperação parcial dos controles econômicos, uma ênfase maior foi dada à contabilidade de custos, houve medidas para reduzir os custos de produção, outras para a redução do meio circulante, houve tentativas de se aumentar a oferta de bens de consumo e serviços para a população etc. Enfim, conforme foi dito, foram transformações feitas com o intuito de aproximar o modelo cubano ao dos países do CAME ou do modelo soviético. Além do mais, tais medidas também buscavam soluções para os problemas de gestão e de estímulo da economia. Houve alguma descentralização, mas que não diminuiu o caráter bastante centralizado da planificação.

Depois, a partir de 1976, e dando seqüência à aproximação com o bloco liderado pela União Soviética, Cuba vai implantar o SPDE (Sistema de Direção e Planificação da Economia), que era um conjunto de métodos para a gestão e controles das atividades econômicas baseado nas experiências das economias planificadas do Leste europeu e da URSS. Tal sistema aceitava relações monetário-mercantis em toda a economia, estimulava o autofinanciamento e a descentralização na gestão das empresas estatais.

Por volta de 1978, e depois de Cuba ter realizado o ajuste de sua economia às condições necessárias para participação nos programas do CAME, o país participa dos programas específicos de longo prazo do Conselho, em vários setores,

combustíveis, matérias primas e energia, agricultura e indústria de alimentos, construção, maquinaria.

Essa integração se aprofundava sempre mais, o que parece ter feito crer aos cubanos que não necessitariam dos países capitalistas para desenvolver-se e que poderiam levar adiante o projeto socialista na Ilha. Aparentemente, não se cogitava o esgotamento do modelo soviético (Bañuelos,G.P.,2001,p.119).

Mas o caminho que se toma nessa época será decisivo diante dos acontecimentos de finais dos anos 1980, como disse Gilberto P. Bañuelos(2001,p. 119) "la dirección política del país accede a la década de los ochenta plenamente convencida de que en la economía socialista mundial se estaba asegurando el futuro de la economía nacional en un sentido socialista".

Pelo informe do II Congresso do PCC, em 1980, é fácil perceber como havia total confiança no desenvolvimento via integração ao CAME. Nesse documento se dizia que os três programas de industrialização pensados para Cuba, agroindustrial-açucareiro, agroindustrial-alimentar, de minérios e metal-metalúrgico atingiriam seus objetivos se fossem sustentados numa ampla colaboração internacional, no aprofundamento da integração econômica, científica e técnica com o CAME e com a URSS.

1.2 - Reação à nova conjuntura dos anos 80.

Até 1986, bem perto das mudanças na URSS e no Leste Europeu, Cuba seguia estruturando seus programas de desenvolvimento baseada num ajuste às estratégias de coordenação com a divisão "internacional socialista" do trabalho, isto é,

procurando aumentar os níveis de coordenação entre os planos de longo prazo com os países do socialismo real³.

Mas ocorre então uma nova inflexão na política econômica cubana. No mesmo ano de 1986, realiza-se o III Congresso do PCC e então, diante da percepção de que havia mudanças importantes na URSS, que aprofundava o uso de mecanismos de mercado na economia, os dirigentes cubanos passam a questionar as diretrizes do SDPE, considerando-as em muitos casos como desvios capitalistas.

Investe-se agora contra o próprio mecanismo de planificação adotado no SDPE. Fidel Castro lembrou em um discurso (Granma, 04/01/1995), que aquela forma de conduzir a economia, com maior atenção dispensada ao cálculo econômico, deveria servir apenas como um mecanismo, como um meio auxiliar do trabalho revolucionário, e não deveria ser tomada como um fim em si, como regra de procedimento para a economia cubana. Trata-se das questões do funcionamento mais ou menos autônomo das empresas, da generalização dos estímulos materiais etc. Questiona-se agora, de um ponto de vista dos valores socialistas, o fato de se estar utilizando na planificação cubana os elementos monetário-mercantis adotados no início dos anos 70 como exigência para a participação no CAME.

Criticava-se o abuso dos estímulos materiais. E se justificava essa crítica apoiando-se no ponto de vista de que tais estímulos, principalmente quando dados em unidades monetárias, tornavam-se um objetivo primordial, havendo-se perdido a noção da importância do trabalho voluntário. Reclamava-se de que os pagamentos de prêmios estavam sendo desvirtuados, de que fora criada uma "ideologia" onde tudo

³ "En los próximos años debemos concluir los trabajos de las perspectivas hasta el año 200, para lo cual, se ha previsto elaborar con la participación de otros países socialistas un Esquema General de Desarrollo Económico y Social que nos permita definir la variante más adecuada para el desarrollo a largo plazo, (...) estructurar los programas y las medidas concretas que aseguren su consecución y definir las direcciones principales de la participación de nuestro país en la división internacional socialista del trabajo" (PCC, II Congreso, pp.56-57, cit. por Bañuelos, G.P., 2001, p.122).

poderia ser resolvido com dinheiro, entre outros desvios. E mais do que isso, avaliou-se que essas medidas não trouxeram o ganho de eficiência e produtividade prometidos.

Outra crítica foi feita à questão do mercado livre camponês, instituído no começo dos anos de 1980 como parte do plano de integração com os países do CAME. Ele foi então suprimido em meados da mesma década. Alegou-se que permitia o aparecimento de intermediários, que descumpria a norma de entrega da parte da produção que se destinaria ao Estado, que os preços dos produtos agropecuários se tomaram mais altos, entre outras coisas.

Também a autogestão das empresas foi criticada, no sentido de que ela favorecia a corrupção e produzia deformações ideológicas nos trabalhadores. Era o caso das empresas que, quando não cumpriam uma meta do plano, compravam bens que deviam ter produzido, com o dinheiro da venda da matéria prima de que dispunham e da qual outra empresa estivesse precisando. Os dirigentes cubanos consideravam que tal procedimento “prostituí” o trabalhador, pois este recebia por um trabalho que não havia feito e, além disso, a empresa cumpria seu plano de produção de uma maneira espúria. Outro fato era que certos administradores, por conta de terem a prerrogativa de distribuir prêmios, podiam cooptar os trabalhadores sob seu comando.

Mas o período ora narrado é considerado como de estancamento da economia. Entre 1985 e 1989, as taxas de crescimento do produto não ultrapassaram 2,2% em seu melhor desempenho de 1988, sendo que em 1987, houve uma contração geral de -3,9%. As tentativas de voltar às medidas socialistas tradicionais dão-se agora numa conjuntura que vai se tornando bastante desfavorável. Muitos trabalhos citam adversidades importantes ocorridas a partir de 1986, entre elas a

queda nos preços do petróleo, que fez diminuir os ingressos por reexportação desse produto; uma depreciação do dólar, que fez com que as moedas conversíveis utilizadas por Cuba se valorizassem, o que, além de tornar mais caro o comércio externo aumentou a dívida externa cubana. Há que se levar em conta ainda os já citados problemas de funcionamento do SDPE; alguns problemas climáticos que trouxeram violenta seca, além da passagem pela Ilha de um furacão que causou enormes danos. O fato é que se chega a considerar que 1987 tenha sido o ano mais difícil para a economia cubana desde a implantação do novo regime (José Luís Rodriguez, cit. por Bañuelos, G.P., 2001, p. 134). Nesse ano, quase todos os segmentos da economia tiveram crescimento negativo: o produto nacional caiu em -3,9%, sendo que a indústria caiu em -3,1%, o comércio, em -6,4, a construção, em 7,8, transportes em -2,4 e, a menor queda, a do setor agropecuário, foi de -0,9% (Bañuelos, G. P., 2001, p.105)

Por último, veio o “derrumbe” socialista, em finais da década de 1980, justamente quando Cuba enfrentava a crise que descrevemos, e a economia cubana foi arrastada para séria depressão logo nos primeiros anos da década de 1990.

Cuba se vê então, mais uma vez, obrigada a retroceder para a adoção de relações monetário-mercantis na economia. A idéia de retomar os mecanismos socialistas teve de ser novamente abandonada. Os novos rumos da economia mundial, com o retorno aberto dos países de orientação socialista em direção a relações capitalistas de produção, como não podia deixar de ser, e dada a dependência que Cuba tinha do comércio e das relações com esses mesmos países, colocaram problemas ainda maiores para a economia da Ilha.

Em primeiro lugar, temos o fim das relações no âmbito do CAME, relações de comércio e cooperação que, sabemos, favoreciam Cuba. Perderam-se, por exemplo,

as chamadas divisas-convênio do comércio no CAME e o comércio externo cubano passou a depender das divisas conversíveis que porventura o País tivesse e que já eram escassas. Outras perdas se referem aos preços que Cuba obtinha com o açúcar e com a compra de petróleo, francamente favoráveis, e também Cuba deixou de contar com a possibilidade de refinar automaticamente seu déficit comercial, além de perder o crédito mais barato para as importações de que necessitava. Há estimativas de que, entre 1985 e 1989, Cuba obteve 50% a mais dos rendimentos que teria obtido se praticasse comércio com os países capitalistas, além de poder financiar 25% a mais de importações, devido à possibilidade de financiamento automático dos déficits.

Outros dados são importantes para se aquilatar as perdas de Cuba com o fim do CAME. Considere-se que, em 1989, quase 80% das exportações cubanas se dirigiam aos países do socialismo real. E 85% das importações vinham também desses países. Por outro lado, 96% do déficit comercial de Cuba se referia ao comércio com eles.

Outro fato importante que tornou ainda mais grave a situação de Cuba no começo da década de 1990 foi o recrudescimento do bloqueio norte-americano⁴. Os Estados Unidos, desde julho de 1960, começaram a tomar medidas de retaliação contra Cuba, reduzindo cotas de exportação de açúcar, cancelando projetos de implantação de fábricas na Ilha, proibindo, com algumas poucas exceções, a exportação de produtos para Cuba etc, até que, em 1962, promovem um embargo econômico total contra o País. Na década de 1990, aprovam as Leis Torricelli e Helms-Burton que, entre outras medidas, prevêem sanções aos que prestarem assistência a Cuba, proíbem que subsidiárias de firmas americanas no estrangeiro

⁴ Segundo a CEPAL(1997,p.64),o embargo estadunidense passou a ter efeitos mais danosos sobre a economia cubana,atingindo-a por completo, depois do fim do comércio favorecido deste país com o CAME.Inicialmente, o embargo afetava diretamente algo em torno de 15% do comércio total de Cuba.

comerciem com Cuba, possibilitam a cidadãos americanos que tenham tido propriedades nacionalizadas em Cuba que abram processos contras empresas que negociarem com Cuba, ou mesmo contra quem fizer investimentos no País.

A economia cubana entra então no chamado “período especial”, que vai perdurar por toda a década de 1990. Para se ter uma idéia das conseqüências da derrocada do campo “socialista” e das dificuldades pelas quais passou a economia cubana nos anos 90, temos os seguintes dados: se em fins de 1990 Cuba já importava mais de 20% menos do que no ano anterior, em 1993, apenas dois anos depois, esse número já estava em cerca de 50% menos de importações, mesmo tendo a produção nacional aumentado à época. No “período especial”, Cuba dispôs de 45% menos petróleo, 27% menos de geração de eletricidade bruta, 62% a menos de cimento, e assim, a produção de açúcar e de outros produtos indispensáveis para a geração de divisas caiu muito também. Para o açúcar a queda foi de 34%, para o níquel foi de 35%. Os produtos que entram na cesta de consumo para a reprodução da força de trabalho, como o arroz, carne de porco etc, caíram, no caso do primeiro, em 65,8% e no do segundo, 82%. Por fim, o PIB, entre 1989 e 1994, ano que se inicia alguma recuperação, reduziu-se 34,8%.

Evolução da produção(selecionada) que tem impactos sobre a economia nacional

1989/1993-1996(base=1989)

Produto	Unidade	1989	1993	1994	1995**	1996**
Produtos que têm impacto no funcionamento e manutenção da economia nacional (em %)						
Petróleo*	Milhões de tons.	0,0	-50,4	-47,4	-45,3	
Eletricidade	GigaWatts/h	0,0	-27,8	-21,5	-18,3	-13,1
Cimento	Milhares de tons	0,0	-72,1	-71,6	-61,3	-61,7
Aço	Milhares de tons	0,0	-68,7	-58,3	-36,0	-27,2
Produtos geradores de divisas que têm impacto na economia nacional						
Açúcar	Milhares de tons	0,0	-44,3	-47,3	-57,2	-40,4
Níquel	Toneladas	0,0	-35,1	-42,2	-8,4	15,2
Tabaco	Milhões de tons	0,0	-31,5	-38,8	-40,3	-37,8
Cítricos	Toneladas	0,0	-21,9	-38,8	-31,7	-19,8
Produtos que têm impacto sobre o nível de vida da população						
Arroz	Milhares de tons	0,0	-85,8	-69,9	-68,3	-43,3
Soja	Toneladas	0,0	-37,5	-23,8	-18,7	-0,4
Batata	Toneladas	0,0	-33,0	-31,5	-22,2	-23,3
Carne de porco	Milhares de tons	0,0	-82,7	-76,8	-76,9	-71,8
Carne de aves	Milhares de tons	0,0	-79,1	-75,1	-75,6	-72,7
Pescado	Milhares de tons	0,0	-51,3	-54,2	-50,9	-43,2
Leite de vaca	Milhares de tons	0,0	-65,7	-64,3	-34,2	-30,7
Ovos	Milhões de unidades	0,0	-46,0	-45,4	-43,9	-49,2
Azeite vegetal	Toneladas	0,0	-75,9	-65,6		
Tecidos	Milhões de m2	0,0	-76,7	-74,7	-79,8	-78,3

Fonte: Bañuelos, G.P., 2001, p.280.

Como já dissemos, a estratégia adotada para fazer frente a tão grave crise teve de ser o abandono da idéia da retificação socialista e o recuo para uma abertura da economia, portanto, os mecanismos de mercado voltam à cena. A conjuntura internacional se altera de forma muito desfavorável a Cuba. O país se viu praticamente isolado.

São esses, grosso modo, os fatos que marcaram a história econômica de Cuba desde a Revolução de 1959 e que, por fim, põem em xeque o destino do socialismo na Ilha e no mundo, dado que as economias de orientação socialista foram praticamente varridas do Planeta.

Em síntese, Cuba, país cuja estrutura econômica funda-se numa base muito dependente da cultura do açúcar e de outros produtos primários, além de contar com uma estrutura econômica ainda pouco diversificada, distante de ser dotado de grandes recursos naturais, sufocada pelo bloqueio econômico dos EUA, já enfrentava certo estancamento de sua economia na segunda metade dos anos 1980, isto é, precisava dar um salto de qualidade na organização socialista. Pois, a despeito disso, e quase que subitamente, o país se encontra diante da necessidade de caminhar praticamente sozinho, sem ajuda externa, sem o comércio favorecido que fazia com os ex-parceiros do CAME, e pressionada pela necessidade de gerar divisas para obter os produtos de que necessita do exterior. Cuba, então, se vê obrigada a adotar reformas econômicas que vão no sentido de abrir sua economia ao mundo e, ao mesmo tempo, de permitir o retorno de relações de produção burguesas, introduzindo mais elementos de economia de mercado no país. Agora, porém, isso vem acompanhado de alterações de superestrutura muito mais profundas do que quando era preciso apenas controlar um pequeno segmento em que se permitia o uso de relações monetário-mercantis.

Por enquanto, o Partido Comunista, que empreende reformas de caráter capitalista como recuo estratégico para que não seja necessário perder a soberania da Ilha e nem o ideal socialista, ainda detém o controle da economia. Contudo, não é difícil ver que tal estratégia tem limites, dado que a lógica mercantil e a força dos elementos do capitalismo podem lograr uma penetração na sociedade que, por fim, seja impossível reverter.

Capítulo II- A crise econômica cubana

2.1 A importância das relações com o CAME

Apesar de que a economia cubana já sofria certo estancamento na segunda metade da década de 1980 (CEPAL,1997,p.147), ainda assim não deve restar nenhuma dúvida de que causas externas, fatores extrínsecos tenham contribuído nos determinantes dos rumos que a economia da Ilha tomou a partir de 1989.

É perfeitamente aceitável imaginar que fosse uma questão de tempo iniciarem-se reformas estruturais (CEPAL, 1997, p.160), entretanto, ninguém poderia negar o papel, o impulso dos acontecimentos externos na precipitação e na força da crise que se inicia no final da década de 1980. Já tivemos oportunidade de mostrar quão fortes foram as relações de Cuba com os países em que vigia o chamado “socialismo real”. Vejamos com mais detalhes alguns pontos dessa estreita dependência.

De passagem, é bom lembrar que, tais relações, sem dúvida predominantemente benéficas e favoráveis, não foram de um aproveitamento perfeito para Cuba. Esta não deixou de padecer sob muitos dos mesmos problemas que enfrentavam aqueles países. Cuba teve de modificar sua orientação inicial de industrialização por substituição de importações (CEPAL,1997,p. 256) e aceitar determinado lugar, como fornecedor de bens primários, na divisão do trabalho com os países membros do CAME. Assim era, por exemplo, inevitável, dentro daquelas circunstâncias, também suportar desvantagens como ter de importar tecnologias obsoletas, bem mais exigentes em energia do que os padrões normais, de arcar com custos de transporte para os mercados do CAME, custos estes sempre maiores em

razão da distância daqueles mercados, o que muitas vezes retirava do país a possibilidade de decidir sobre o tamanho físico das unidades produtivas.

Mas o fato de contar com a possibilidade de fazer comércio com os países do CAME foi uma das mais importantes brechas encontradas por Cuba para poder sobreviver numa situação pós-revolucionária completamente hostil. Já vimos que o embargo estadunidense tornou-se bastante abrangente logo nos dois primeiros anos após a vitória da revolução. O certo é que a revolução cubana acabou como que protegida e viabilizada pelas relações estabelecidas com os países do "socialismo real". Por conta delas, pôde passar relativamente incólume pelas flutuações do comércio internacional, pelas inevitáveis perdas com a constante deterioração dos termos de troca no comércio mundial, comumente enfrentadas por países exportadores de produtos primários.

Ao contrário disso, Cuba, tendo redirecionado seus esforços para a produção desses bens primários, de acordo com as necessidades da divisão de trabalho com os países do CAME, depois de 1964, tornou-se beneficiário de uma relação favorecida em termos de intercâmbio dos bens, que exportava para aqueles países. Já vimos que há cálculos (CEPAL, 1997, p.35) de que Cuba na década de 1980 teria recolhido rendas 50% mais elevadas neste comércio com os membros do CAME do que se tivesse de ter vendido seus produtos aos preços vigentes no mercado internacional. Sabe-se que, nesse mesmo período, o conjunto dos países da América Latina teve perdas superiores a 24%, no que tange à deterioração dos termos de troca.

Aqui entra um outro dado importante que também mostra algo do lado negativo desse tipo de comércio "favorecido". No caso citado, a estrutura produtiva cubana podia descuidar-se das questões relativas à eficiência e produtividade, dado que se mantinha ao largo da concorrência com outros países, o que trouxe, mais

tarde, efeitos bastante negativos, quando o País passou a enfrentar a competição nos mercados internacionais.

Outro fato se refere aos contratos de comércio de Cuba com os membros do CAME. Eram normalmente de longo prazo, e foi com empréstimos feitos em condições favoráveis para Cuba que esta atingiu os níveis de industrialização atuais, mesmo que sejam moderados. Os preços dos bens comercializados eram também fixados por longo prazo, derivando daí mais uma proteção contra as flutuações da conjuntura internacional. Nesse caso, havia também vantagens no sentido de que os mercados consumidores dos produtos de exportação cubanos estavam garantidos pela demanda do CAME. Tais contratos eram, normalmente, de prazos como 5 anos, ou seja, razoavelmente longos.

As exportações cubanas, de produtos primários, de baixo valor agregado, chegaram a ter 85% de seu total destinados aos países do CAME. Evidentemente que, concentradas em poucos produtos, a saber, o açúcar, frutas cítricas, níquel e tabaco, a economia cubana mantinha-se numa situação de forte dependência daquilo que, porventura, viesse a ocorrer com o CAME.

Por outro lado, as relações de dependência não se resumiam ao fato de que Cuba tinha a parte mais importante de seu comércio de exportação feita com aqueles países. Cuba foi sempre muito dependente das importações. Segundo estudo da CEPAL(1997,p.35), o coeficiente de abastecimento estrangeiro da demanda interna cubana, a preços correntes, no período de 1985-1989, foi em média de 37%. Portanto, pelo lado das importações, foi também primordial o relacionamento com os países do CAME. No período citado, mais de 90% dos cereais de consumo humano foram obtidos no comércio com os países do CAME, e o mesmo se deu em relação ao feijão, óleos comestíveis, aos produtos têxteis e calçados(Ibid.,p 35).

Capacidade de importação da economia cubana:1989-1997(pesos constantes de 1981)

Ano	Valor	% acumulada	% anual
1989	8.139,8	0	
1990	7.416,5	-9	-9
1991	4.233,8	-48	-43
1992	2.314,9	-72	-45
1993	2.036,8	-75	-12
1994	2.016,8	-75	-1
1995	2.882,5	-85	43
1996	3.480,6	-57	21
1997	4.173,2	-48,7	20

Fonte:Bañuelos, G.P, 2001,p284.

E ainda no que toca aos contratos de importação/exportação de Cuba com aqueles países, as importações cubanas, dadas as condições favoráveis dos contratos, acabavam tendo forte componente de subsídio. Veja-se o caso das vendas de açúcar para a antiga União Soviética. Sabe-se que ao mesmo tempo em que o açúcar cubano era vendido a preços elevados, Cuba podia comprar petróleo com descontos importantes, a ponto de poder contar com a exportação dos excedentes desse produto para conseguir divisas estrangeiras.(Ritter,A. , 2003, p.3). E um último fato a ser destacado é que, além das diferenças dos preços em favor dos produtos cubanos, os déficits comerciais eram quase que automaticamente financiados pela União Soviética.

Portanto, crédito barato, contratos com prazos longos, intercâmbio comercial favorável a Cuba (em termos de preços), e financiamento de déficits comerciais a juros baixos foram elementos fundamentais para a manutenção da capacidade de importação cubana até o fim das relações com o CAME. Desse modo, não é surpreendente que boa parte do forte decréscimo do produto interno cubano, depois de 1989, se deva simplesmente à interrupção desse fluxo de subsídios dos países do CAME, em todas as modalidades citadas (CEPAL,1997,p.63).

Mostramos esse rápido panorama das relações de Cuba com os países do CAME porque entendemos que o efeito do contraste da situação anterior à débâcle do socialismo real com os acontecimentos posteriores a ela deva, por si, deixar patente quão fundamentais estes foram para o entendimento das profundas reestruturações que (desde o final dos 80) vem sofrendo a economia cubana.

2.2 Os elementos da crise no setor produtivo.

A idéia de iniciar este capítulo falando das relações de Cuba com os países do CAME, avançando depois para o problema da disponibilidade de divisas, e daí derivando os outros elementos que caracterizaram a crise econômica cubana, tem uma razão de ser. Parece-nos que esta forma de exposição seja um bom fio condutor para buscarmos o entendimento da crise porque, partindo do que ocorreu ao comércio exterior cubano, podemos perceber com mais clareza a seqüência de causas e efeitos nos problemas subseqüentes ao fim das relações de Cuba com os países do socialismo real. O que nós vamos ver aqui são, diretamente, conseqüências da falta de divisas.

"The origins and nature of Cuba's economic crisis and its response to the crisis are well known. The most important cause of the crisis was the decline in foreign exchange receipts — by around 75% from 1990 to 1993 — resulting from the termination of the hidden subsidization inherent in the special trade and aid relationship with the former Soviet Union and the countries of Eastern Europe. However, the impacts of the Soviet Union's collapse and the ending of the "special relationship" with the Soviet Bloc actually followed a five year period of worsening economic difficulties from about 1985 to 1990 "(Ritter,A.,2003, p.3).

Portanto, isso pode ser tomado como ponto de partida para o entendimento de todo o problema cubano, pois não deixa de envolver também questões relativas à opção socialista de Cuba.

Partimos de um determinado ponto no tempo: os últimos anos da década de 1980. Cuba mantinha então estreitas relações comerciais com os países do CAME. De tal relação poder-se-ia dizer ter sido simbiótica. Tanto em termos dos fluxos da economia como da própria estrutura produtiva e tecnológica, adquirida nos anos posteriores à revolução, é difícil imaginar como Cuba poderia ter-se mantido independente por tanto tempo, além de aportar a este novo milênio com inegáveis conquistas sociais. Pois o que ocorre então quando se perde a possibilidade de um intercâmbio tão vital?

Discutiremos primeiramente os efeitos da interrupção daquele intercâmbio sobre a agricultura e a indústria e a macroeconomia da Ilha, e depois então sobre a sociedade em si, isto é, sobre o padrão-de-vida dos cubanos, sobre os as relações sociais em Cuba. Assim cumprimos então o objetivo deste capítulo II que é apresentar os elementos que caracterizaram a profunda crise na economia cubana a partir do final da década de 1980.

A apresentação das estatísticas feita a seguir baseia-se fundamentalmente num trabalho realizado pela CEPAL, na segunda metade dos anos de 1990, por solicitação de vários países da América Latina e do Caribe¹. (La Economía Cubana: reformas estructurales e desempeño em los noventa).

¹ “La Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño en los 90”, 1997)

A crise na indústria.

Trataremos dos setores mais importantes. Os números mostrados devem ser suficientes para demonstrar a gravidade da crise econômica cubana e, assim, fundamentar os argumentos sobre a dependência em relação ao CAME.

Como já tivemos oportunidade de mostrar, no primeiro capítulo deste trabalho, a estrutura produtiva cubana, herdada do período anterior à revolução, assentava-se principalmente na agroindústria açucareira. Aproximadamente um quarto da população economicamente ativa estava empregado nesse setor que, além de responsável por outro quarto do produto interno, respondia por outros três das exportações cubanas. Portanto, assim como os demais países da América Latina, Cuba era carente em tecnologia e tinha baixo desenvolvimento industrial.

Com o novo regime, inicia-se, em 1961, a planificação da economia. Também já dissemos que a intenção inicial fora de melhorar os níveis de industrialização, adotando as prioridades “comuns” aos países que se iniciavam no “caminho socialista”, isto é, de dar ênfase à produção de bens intermediários e de capital. Assim, buscava-se a substituição de importações e a diversificação industrial, com maior preocupação dada à demanda interna e procurando-se evitar a dependência exclusiva da agroindústria do açúcar, muito suscetível em relação aos choques externos.

Pouco mais tarde, em 1964, e por conta de suas relações com os países do socialismo real, a orientação de desenvolvimento industrial anterior, baseada na substituição de importações, foi posta em segundo plano, para, novamente, retornar-se à ênfase produtiva sobre bens primários.

Foi somente na década de 1970 que Cuba voltou a colocar a indústria como o setor de investimentos prioritário para impulsionar o desenvolvimento do País. Segundo dados da CEPAL (1997,p.255), a inversão na indústria, entre meados dos anos 1970 e finais da década de 1980, chegou a 30% do total das inversões (duplicou-se) e a 25% do produto interno. Tal política trouxe um crescimento da produção, na década de 1980, próximos a 5% ao ano.

A seguir faremos um apanhado geral dos efeitos da crise sobre os diversos ramos da indústria cubana. A indústria açucareira e de extração do níquel serão destacadas, em conformidade com a importância que elas têm para a economia da Ilha.

A indústria açucareira

É importante acrescentar que, mesmo com as intenções de diversificação, e tendo havido um impulso considerável no setor energético, por fim, foi a indústria açucareira a que mais avançou no sentido de satisfação de demanda interna com produtos desenvolvidos dentro da própria Cuba, desempenho que alcançou 60% de satisfação das necessidades de equipamentos na indústria do açúcar. Esse não é um dado desprezível, visto que a indústria açucareira permanece como um importante setor em termos de geração de divisas e de emprego e, por efeitos em cadeia, acaba impulsionando outros setores da economia.

Nos anos posteriores à Revolução, dada a importância do açúcar e representando este uma vantagem comparativa cubana, vital para a geração de divisas, boa parte da inversão em pesquisas e melhoramentos técnicos foi direcionada a essa indústria, que então adquiriu um grau elevado de mecanização. Os resultados

em termos de produção foram bastante satisfatórios, internacionalmente competitivos, uma média de sete milhões e setecentas mil toneladas anuais.

Novamente, as relações com os países do CAME, conformaram também a indústria açucareira cubana. Os preços recebidos pelo açúcar cubano no âmbito do CAME eram maiores do que os preços internacionais, assim, os esforços produtivos se concentraram em atender à demanda daqueles países. Como eles dispunham de refinarias e se interessavam pelo açúcar cru, tornavam-se baixos os custos de oportunidade de não se produzir o açúcar refinado em Cuba. Com o fim do CAME, este e outros problemas, como a necessidade de conseguir novos mercados para exportação, ou mesmo levar a cabo a modernização de instalações, tornaram-se obstáculos importantes para o desempenho da indústria açucareira cubana. A partir de então, de uma safra recorde de mais de 8 milhões de toneladas em 1988-1989, passa-se a um período de contínuas quedas na produção. Mas não foi apenas a diminuição das exportações para os países do CAME a responsável por essa queda geral, também a dificuldade de obtenção de divisas para importar insumos essenciais para produção teve um papel preponderante. Em 1992, segundo a Cepal (1997, p.287), chegou-se a abandonar a adubação!!! Por último, nem seria necessário acrescentar que a queda nos níveis de investimento no setor, por motivos óbvios, também contribuiu muito para a queda.

O resultado de tudo isso é que a safra de 1993-1994 já era a metade daquela de 1988-1989, sendo que as exportações tinham caído, em 1995, para apenas 37% dos valores de 1989 (Ibid., p.287).

Balanço do setor açucareiro: 1988-1995 *(milhares de toneladas)

Anos	Produção	Exportação	Consumo interno	Variação de Estoque
1988	8119,0	6978,2	745,7	748,8
1989	7579,0	7123,3	882,2	322,2
1990	8444,4	7171,7	937,0	658,1
1991	7233,4	6767,5	955,6	168,5
1992	7218,8	6084,9	942,3	360,2
1993	4245,7	3662,0	795,7	148,2
1994	4016,6	3188,2	663,6	313,0
1995	3258,5	2602,7	580,8	388,0

Fonte: CEPAL, 1997, p.294.

A indústria do níquel.

Outro importante produto cubano, fundamental para a geração de divisas, é o níquel. Cuba tem grandes reservas deste metal e ocupa, a esse respeito, o segundo lugar entre os detentores das maiores jazidas mundiais. As primeiras explorações começaram na década de 1940, quando, com o apoio de tecnologia norte-americana, construiu-se a fábrica de Nicaro. Contudo, a demanda estadunidense de aço tinha crescido apenas em razão da 2ª Guerra Mundial, cujo fim, em 1945, levou à paralisação das atividades da fábrica, e quando esta já ocupava o quarto lugar na produção mundial de níquel. Na década seguinte, e novamente em razão do aumento da demanda ianque, a produção voltou a crescer.

Mais tarde, já na década de 1960, a demanda americana foi substituída pela da União Soviética e, com a entrada no CAME, Cuba passou a atender a demanda dos países do Conselho. Por esta época, já contava então com mais duas plantas, a de Moa e a de Punta Gorda. Os investimentos na indústria de níquel foram maciços, o que também trouxe desenvolvimento de infra-estrutura nas regiões onde se encontravam as plantas produtivas. Em 1989, a produção chegou a 46000 toneladas.

Perdidos os mercados dos países do CAME, sucedeu-se a crise. Em 1994, apenas quatro anos após o nível recorde obtido em 1989, a produção tinha caído em quase 42%.

Os efeitos de tão profunda queda, em termos das divisas que normalmente se obtinham com a exportação do níquel, ainda foram agravados pelo decréscimo dos preços do metal. De 6,03 dólares por Libra, em 1989, o preço caiu para 2,4, em 1993, ou seja, uma perda de 60% em divisas.

Alimentos e indústria leve

Nos setores cujas deficiências afetam mais diretamente a população, como têxteis e a indústria de alimentos, a contração foi calamitosamente acentuada. No caso dos têxteis, foi de incríveis 85%, o de confecções, 87%.

A indústria alimentícia cubana também sofreu os impactos da falta de divisas e dos problemas enfrentados no setor primário, como a falta de matérias-primas e outros insumos. Houve uma queda de quase 80% no fornecimento de leite para a indústria. Os animais para abate diminuíram em outros 65%. A falta de embalagens e de vasilhames trouxe enormes perdas em termos de conservação dos alimentos. De uma maneira geral, a entrada de matérias-primas para o setor caiu em 34%, sendo que elementos tão vitais como trigo e farinha reduziram-se quase pela metade. Não fugindo à regra, neste setor fizeram-se sentir os efeitos da importação de tecnologias desenvolvidas para mercados de grandes dimensões e de produção em massa. A estrutura produtiva esteve baseada em grandes plantas industriais, assim, tinha custos operacionais bastante elevados e havia deficiências importantes em termos de

produtividade. Desde o início da crise, em 1989, até os primeiros passos da recuperação, em 1993, a produção do setor caiu mais de 45 %.

A indústria leve.

As atividades produtivas que compõem a indústria leve são as seguintes: os setores de têxteis, confecções, perfumaria e cosméticos, produtos de limpeza, couro e calçados, imprensa, mobiliário e plástico.

Como dissemos acima, o ramo têxtil foi profundamente afetado pela falta de divisas e a conseqüente impossibilidade de importar. De fato, foi um dos mais afetados pela crise. A indústria têxtil sofria com problemas de super dimensionamento das instalações e de atraso tecnológico (CEPAL, 1997, p.297). No que toca ao consumo de energia, por exemplo, a produção de têxteis, ao mesmo tempo em que respondia por 20% do total da indústria leve, consumia nada menos do que 70% das necessidades de energia de todo o setor da indústria leve. Portanto, era propensa a ser mesmo bastante afetada pelos problemas derivados da queda da produção de energia. Por outro lado, a falta de divisas trouxe a impossibilidade de adquirir insumos essenciais como o algodão, o poliéster etc. O fornecimento de algodão soviético caiu de 45000 toneladas para apenas 4000 toneladas depois de 1989. Em 1998, ainda havia muitas fábricas trabalhando com capacidade ociosa, além de outras, cujas atividades se encontravam totalmente paralisadas.

A indústria de confecções, na esteira dos problemas de produção dos têxteis - conseqüência dos vínculos óbvios dessas atividades - ainda em meados da década de 1990, tinha mais de 160 fábricas francamente carentes em matérias-primas para levar adiante a produção.

Na indústria calçadista, os problemas se repetiram. Nesse caso, consequência da diminuição dos rebanhos, a matéria-prima em falta é o couro. A queda, tanto para os insumos como para o produto final (couro e calçados) foi de aproximadamente 70%, entre 1989 e 1994.

Para o restante das principais atividades do setor da indústria leve, são ainda dignos de nota os números do declínio nas indústrias extrativas florestais em geral, incluindo a madeireira e moveleira, em que a produção caiu mais de 60%, desde a ruptura com o CAME até 1996.

A indústria de bens intermediários

É composta pelos setores elétrico, de extração e distribuição de combustíveis, de níquel, de exploração de minérios (sal, cobre, chumbo etc), a indústria química (fertilizantes, pesticidas etc), papel, vidro, borracha.

Pelo fato de ser a indústria do níquel uma das mais importantes em Cuba, e de representar o segundo lugar na geração de divisas, já fizemos, em exposição a parte, um inventário dos problemas nela ocorridos.

Novamente, temos números ruins para as demais atividades desse ramo. A indústria química, por exemplo, teve um decréscimo de produção, medido em milhões de pesos, entre 1990 e 1993, ano em que começa a sua recuperação, de aproximadamente 50%. O número de empregos caiu em 12%. Foram aproximadamente 3600 postos de trabalho perdidos entre 1989 e 1994, ano de pior desempenho no setor.

No caso da indústria de papel e celulose, as cifras são ainda mais assustadoras. Em milhões de pesos de 1981 e, entre 1989 e 1993, a queda foi de impressionantes 78%. Os números do emprego no setor também têm drástica queda entre 1990 e 1994: mais de 40% .

A indústria de vidro, até 1997, tinha três fábricas. Uma delas parada, a outra praticamente sem nenhuma produção e uma terceira produzia com 50% de capacidade ociosa.

As indústrias siderúrgica, mecânica e eletrônica.

São indústrias de desenvolvimento recente em Cuba e que surgiram, principalmente, por demanda da agricultura da cana. Mais tarde, passaram a atender a demanda de equipamentos médicos, de biotecnologia, à produção de aço inoxidável, embalagens, tanques, eletrodomésticos etc. Ultimamente, a indústria eletrônica vinha produzindo aparelhos de televisão, rádios e inclusive componentes de computadores.

A partir de 1989 o decréscimo de produção dessas indústrias foi de 66%, começando a recuperação em 1994. Muitos artigos foram praticamente banidos dos planos de produção, como o foram os ônibus de passageiros e os produtos de aço inoxidável, entre outros. Também os projetos de desenvolvimento dessas indústrias tiveram de ser paralisados a partir de 1989, em razão de que muitos dos insumos utilizados por elas provinham dos países do CAME.

A indústria farmacêutica

Nesta indústria não houve queda tão grave como nos outros setores. Dada a orientação de priorizar o bem estar social em Cuba, desde os primórdios da revolução que o País vem investindo no setor. Formaram-se profissionais de ótima capacitação e procurou-se ao máximo tornar a indústria cubana auto-suficiente em termos de produção de medicamentos. Alcançou-se 85% de atendimento da demanda interna por meio de produção própria. Por outro lado, exporta-se ainda 15% da produção total.

A Indústria de materiais de construção.

Esse setor, grande consumidor de energia, foi profundamente atingido pela crise. O fato de ser responsável por mais ou menos 10% do consumo de eletricidade de todo o setor industrial fez com que sofresse sobremaneira os efeitos das dificuldades gerais de oferta energética no país. E como vinha sendo um setor fundamental no desenvolvimento industrial cubano, responsável por atender à demanda da construção civil, das obras de infra-estrutura etc, sua queda trouxe efeitos bastante negativos em termos de ocupação de mão-de-obra. A partir de 1989, milhares de postos de trabalho foram fechados, sendo a redução das atividades de construção civil a principal responsável por esses números. Até 1993, a produção do setor caiu 76%.

As mudanças na agricultura

Segundo um informe do Governo Cubano ao Foro Mundial sobre Alimentação, ocorrido em Havana, em 1996, Cuba têm 6 milhões e setecentos mil

hectares de área agricultável, dos quais, 4 milhões estão produzindo. No entanto, em comparação com as outras economias da América Central, o setor agropecuário cubano é um dos que menos contribui para o produto nacional. As cifras são de 10% do PIB, segundo o sistema de contas nacionais cubano. A média da América Central chega a 26%.

Mesmo esta participação, não expressiva, diminuiu bastante com o fim do CAME. Desses 10% de participação no produto obtidos em 1989, no ano de 1995, já quando outros setores haviam iniciado sua recuperação da crise, a agropecuária tinha baixado para 6,2 % do produto interno. O produto agrícola cubano cresceu, durante a década de 1980, a uma taxa de 2,5% ao ano. Depois, até 1996, a produção vinha diminuindo numa média de 8% ao ano (CEPAL, 1997, P.240).

Com a crise, também houve mudanças no que se refere ao uso da terra. A superfície agrícola diminuiu de 65.5% da superfície total, em 1992, para 57% , em 1995. A diminuição mais importante se deu na superfície irrigada, queda de 22,5%, nesse mesmo período. As culturas permanentes cederam parte de suas terras às pastagens, que cresceram 23%, e às culturas temporárias, que aumentaram sua área em 12%, de 1992 até 1995. De maneira geral, a área cultivada, que era de 43% da superfície agricultável total, em 1992, passou para 34,5% , em 1995.

A queda produto agropecuário foi bem mais pronunciada do que a da economia como um todo. A contração geral da economia cubana, nos piores anos da crise, chegou a aproximadamente 29% , mas o produto agropecuário caiu 52%.

Como vimos, sendo majoritariamente mecanizada, a agricultura cubana era e é muito dependente das importações, assim, uma série de insumos, vitais para o setor, como pesticidas, fertilizantes e mesmo sementes, além da própria energia,

tiveram, com a crise, grande redução de oferta. O resultado foi o já citado decréscimo acentuado na produção, especialmente na de alimentos. Neste último caso, a redução da oferta chegou, entre 1989 e 1994, próxima a um terço da produção anterior. Cuba precisou de ajuda humanitária da Comunidade Européia, sendo que, somente entre 1993 e 1995 recebeu dela, via organizações não governamentais, cerca de 56 milhões de dólares.

Durante esses primeiros anos de crise, a população cubana viu seus níveis de nutrição se deteriorarem rapidamente. De 290 Kg de cereais por pessoa, em 1989, a soma de importações e produção interna alcançou apenas 146 Kg por pessoa, em 1994. Quando, normalmente, segundo os hábitos alimentares dos cubanos, um adulto, consumia 10 libras de arroz por mês (4,3kg, aproximadamente), teve de reduzir esse consumo à metade, em 1990. E essa situação de penúria não se refere apenas aos cereais, o mesmo ocorreu com os produtos de origem animal, principalmente, entre 1993 e 1994. Em 1993, segundo cálculos do Ministério da Economia e Planificação, o consumo médio de calorias teria ficado em 1863 calorias por pessoa, quando, em 1989, a média estava próxima a 2850.

A CEPAL (1997, p.215) avalia que a crise apenas deixou mais claros os problemas da agricultura cubana. Somente no começo da década de 1960 é que se cogitou de diversificar a agricultura do país. É certo que, novamente, as relações com o CAME foram em parte responsáveis por essa situação. Como vimos, os créditos em condições favoráveis que Cuba recebia da URSS para importações, e mesmo pra investimento, permitiam ao país postergar o enfrentamento do esforço de diversificação da agricultura. Portanto, é válida a afirmação de que parte dos problemas da agropecuária cubana advém do fato de Cuba ter sido, de certa forma, obrigada a priorizar a produção de exportáveis.

Por último, esse setor sempre foi um dos que mais recebeu subsídios governamentais, ainda assim, em 1989, metade das necessidades de alimentos para a população e de trato para animais era satisfeita por importações. Portanto, não é preciso muito esforço de entendimento para perceber os impactos da inaudita crise de falta de divisas ocorrida no final da década de 1980.

2.3 Os impactos sociais da crise.

Bastante importantes também foram os impactos da crise sobre o setor social. De 1989 até 1996, os gastos sociais diminuíram em aproximadamente 14%. Dentro dessa contração, os números são: -34 % para educação, saúde, moradia, cultura e esportes, sendo que os setores de educação (-46%) e cultura(-47%) foram os mais atingidos. O número de matrículas no ensino superior diminuiu em 54% no mesmo período.

Com relação aos níveis alimentares da população, houve uma queda de 34% no consumo de calorias, e de 40% no consumo de proteínas, nos primeiros quatro anos da crise.

Os números do emprego também atingiram cifras inéditas para o período pós-revolucionário. O desemprego aberto e o subemprego, em 1996, tinham atingido mais de um terço da população economicamente ativa.

Viviana Togores, do Centro de Estudos da Economía Cubana, da Universidade de Habana, escreve o seguinte:

“Tanto la crisis como el conjunto de decisiones tomadas para aliviarla, han tenido una repercusión en el nivel de vida de la población que ha experimentado un deterioro, aunque

menos traumático que el de otros países, por el compromiso social de la política económica, pero no por ello menos urgente como problema a solucionar por cuanto ha producido: a) el empobrecimiento de vastos sectores de la fuerza laboral, b) la aparición de una élite trabajadora, c) el surgimiento de niveles de vida divorciados de los resultados del trabajo, d) la exclusión de importantes segmentos de la población del consumo en ciertos mercados o al menos de la reducción del acceso a un grupo muy limitado de productos, e) la reestratificación social” (González, V.T.,2000,p.3).

2.4 Os problemas macroeconômicos.

Acima vimos os enormes problemas causados pela interrupção do comércio com os países do CAME e o impacto sofrido por praticamente todos os setores da economia cubana. Até aqui vimos destacando os efeitos sobre a estrutura produtiva, em termos do declínio geral das atividades. Resta agora a discussão sobre os chamados problemas macroeconômicos surgidos com a reação do governo diante da crise. Reação cujo norte foi a busca de manutenção das conquistas sociais do regime cubano.

No entanto, louvável que tenha sido a forma de reação do Governo frente a crise de 1989, o certo é que ela também trouxe sérios desequilíbrios macroeconômicos. Desde 1986 -antes do início da crise, portanto - as contas públicas já vinham sofrendo certa deterioração. Após 1989, como seria de se esperar, as despesas aumentaram bastante, porém, a já complicada situação se tornou ainda mais grave em razão da também forte e repentina queda nas receitas. Somente nos quatro primeiros anos depois do fim das relações com o CAME, entre 1989 e 1993, houve um decréscimo nas receitas, a preços constantes, de 10% anuais, em média (24 % em termos nominais). Se estendermos esse lapso até 1996, quando já havia certa recuperação, o decréscimo seria de aproximadamente 7%.

A queda na renda familiar, por sua vez, trouxe diminuição na arrecadação do imposto de circulação, sendo que a drástica redução da produção fez com que a contribuição das empresas estatais para o orçamento diminuísse muito (mesmo até 1995, todos os lucros das estatais eram transferidos para o orçamento). Segundo Maurício Miranda (1999, p.3), a contração do produto dessas empresas esteve em torno de -10% , em média, entre 1989 e 1993, ao passo que os gastos governamentais diminuiram em apenas $2,3\%$, em média, nesse mesmo período. Como resultado, o déficit orçamentário cresceu, em média, 32% no período.

Déficit Fiscal (1989-1996)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Déficit fiscal(% do PIB)	6,7	9,4	21,4	29,7	30,4	6,9	3,2	2,3

Fonte:Elaboração baseada em :CEPAL,*La Economía Cubana:Reformas estructurales y desempeño em los noventa*,1997,p.85.

Entretanto, " *...si bien los ingresos experimentaron una tendencia a la baja , la verdadera causa del deterioro fiscal (perceptible desde 1986 y que se convirtió en una crisis abierta a partir de 1990) residió en la evolución anticíclica de los egresos*" (CEPAL,1997,p.89). Além de diminuir a contribuição para o orçamento, as empresas estatais passaram a ser uma importante fonte de gastos do orçamento.

De 1990 até 1993,dois dos principais itens dos gastos públicos ("gastos previstos no orçamento do governo" e "apoio a atividades produtivas") aumentaram sua participação no produto interno, de 35% para 38% , no primeiro caso. E os subsídios para as empresas, item desta última rubrica, segundo a CEPAL(1997, p. 94), foram os protagonistas da crise fiscal. A partir de 1986, e até 1993, os subsídios para cobrir perdas operacionais das empresas estatais aumentaram em seis vezes

sua participação no produto. De 1989 em diante, eles cresceram numa média de 15% ao ano até atingir a marca de 33% do PIB, em 1993.

Como diz Miranda (1999, p. 9), em Cuba, são muito arraigados os princípios de justiça social e assim, como se pode ler, na página 359, do documento da CEPAL (1997), utilizado como base deste trabalho, é fato amplamente reconhecido que, desde 1959, a política econômica na Ilha “... *ha dado preferencia a la asignación de recursos em favor de los sectores sociales con la finalidad de mejorar progresivamente los niveles de bienestar de la población*”, e, mais adiante: “*Es incuestionable que la política social constituye el campo en que Cuba más ha destacado historicamente em términos de garantizar la equidad distributiva y el bienestar de la población, al igual que la formación de capital humano.*” (Ibid.,p360). Assim, o governo procurou tornar o custo da estabilização o mais suportável possível para a população, bem como procurou distribuí-lo da maneira mais equânime.

Pois parte muito importante de tal política de distribuição igualitária dos custos da estabilização foi a disposição de manter postos de trabalho, até mesmo em fábricas cujas atividades estivessem paralisadas. Nesse caso, os salários dos trabalhadores excedentes numa empresa eram mantidos por ela, mas incluídos depois como gastos no orçamento, sob a rubrica “seguridad social”. É certo que, mesmo com toda essa preocupação social, diante da magnitude da crise, os problemas de oferta reduziram em muito as oportunidades de trabalho e a queda na produtividade foi pronunciada. O subemprego e o desemprego aberto situavam-se em torno de 30% da PEA, em 1997, isto é, três anos depois do ponto mais profundo da crise (CEPAL, 1997, p.66).

Em resumo, o governo cubano preocupou-se em garantir a manutenção do emprego e da renda da população, e tal política de garantir os benefícios sociais

conquistados redundou em importante desequilíbrio orçamentário. Assim, um dos problemas macroeconômicos gerados com a política de proteção social do governo nos primeiros anos da crise foi um déficit fiscal bastante expressivo.

Mas um outro problema surgiu como consequência dessa resposta do governo cubano à crise: a alternativa escolhida para manter aquele nível de gastos, sem contrapartida de receita, foi a “monetização” do déficit fiscal, o que trouxe efeitos indesejáveis em termos de um grande aumento de liquidez nas mãos da população, gerando pressões inflacionárias.

Depois de 1989 e, principalmente, de 1992, o déficit se financia integralmente com emissão monetária do Banco Nacional ou com senhoriagem (CEPAL, 1997, p.84). Os saldos monetários em mãos do público cresceram 23%, anualmente, em termos reais, de 1989 a 1993, o que resultou em uma participação deles de 67% no produto (quase três vezes o número de 1989). Somente a partir de 1994 essa participação começou a diminuir. A CEPAL diz: “ Al iniciarse el período especial, la primera reacción de las autoridades fue solventar la crisis con mayor financiamiento directo (crédito a las empresas) o indirecto (monetización del déficit fiscal). En consecuencia, el coeficiente de liquidez de la economía subió rápidamente.” (1997, p. 121). Para se ter uma idéia da dimensão desses números, basta citar o comportamento do coeficiente de liquidez em economias de dimensões similares à cubana, como Guatemala, Costa Rica, República Dominicana. Nesses países, tais números situam-se entre 23 e 27 % do PIB. Outro país centro-americano, a Nicarágua, mesmo vivendo um processo de hiperinflação, ainda registrou coeficiente de liquidez abaixo do coeficiente cubano, 67% em Cuba e 64% naquele país.

Sabe-se que essa política levou à poupança forçada das famílias, pois, com as limitações de oferta, a população não podia consumir como quisesse. Houve uma

recomposição da poupança nacional entre os setores público e privado. A poupança das famílias subiu, entre 1989 e 1993, de 16 para 47% do produto. As maiores pressões de demanda acabaram ocorrendo sobre os mercados não regulados, isto é, os mercados informais e o de câmbio paralelo.

Se a medida utilizada for o delator implícito do PIB, então, apesar da grande injeção de moeda na economia, pelo menos no setor planificado, os efeitos inflacionários dessa política foram moderados, assim, a queda do poder aquisitivo da moeda em mãos do público não teria sido importante (CEPAL, 1997, p.86). Somente depois de a economia ter atingido o ponto mais baixo da crise (1993), até 1995, houve sim transferência de riqueza das famílias para o Governo, em torno de 7% do PIB.

Por outro lado, se a inflação for calculada com um índice que leve em conta os preços planificados, juntamente com os dos mercados não regulados, então a perda do poder de compra das famílias chegou a atingir 32% do PIB, em 1993, dado que os preços nos mercados não regulados subiram mais de 200% até aquela data: "Si bien los precios controlados no cambian, con la salvedad del efecto sobre ellos del nuevo impuesto a la circulación, los que rigen en los mercados paralelos subieron en monto considerable, aunque sin llegar a la hiperinflación. Según algunas estimaciones, estos últimos se multiplicaron por 15 entre 1989 y 1993 y luego decrecieron 52% entre ese último año y 1995. Un estudio del Instituto Nacional de Investigaciones Económicas sobre los mercados de la ciudad de La Habana revela que los precios de la economía sumergida se multiplicaron por 25 entre 1989 y 1993(..)" (CEPAL, 1997, p.126).

Como o governo faz poucas transações no mercado não regulado, a transferência de riqueza acabou ocorrendo entre particulares, portanto, o imposto inflacionário não teria sido relevante na cobertura do déficit operacional (CEPAL, 1997,

p.86). De qualquer forma, se sobra então grande quantia em encaixes reais, como comentam os autores do estudo da CEPAL, tal poder de compra nas mãos da população haverá de se transformar em pressão de demanda mais tarde, o que possivelmente trará dificuldades para o manejo da política monetária(Ibid.,p.86).

Os autores do estudo citado lembram que há peculiaridades das economias planificadas que, por possuírem o aparato produtivo concentrado nas mãos do setor público, não sofrem os problemas de propagação de efeitos inflacionários inerciais advindos das reações defensivas dos agentes privados, em termos de reajustes de preços, o que seria perfeitamente esperado numa economia capitalista: "El efecto inflacionario del acrecentamiento de la liquidez debió ser significativo, pero menor al que se habría advertido en una economía de mercado. El excedente de demanda nominal tampoco repercutió en el nivel de actividad económica (al menos en los sectores formales de la economía), ni en una mayor demanda efectiva de importaciones" (1997,p.125).

E, por outro lado, "... en los mercados racionados no se advierten inflexibilidad ni histéresis con la inflación oculta. Al restablecerse la oferta, desaparecen las colas de espera. Por tanto, los precios en los mercados libres tienden a bajar: al ser fijas las cotizaciones nominales de los bienes de consumo de la 'libreta', éstas sirven de ancla cuando se normalizan los suministros"(Ibid.,p. 99).

Já existem, nas economias planificadas, tendências à inflação reprimida, justamente pelo fato de se privilegiar as inversões em detrimento do consumo final. Mantendo-se o valor nominal dos salários, sem suficiente contrapartida de bens de consumo, e dada a prioridade de produção de bens de capital, acabam surgindo pressões inflacionárias que ficam então reprimidas. O resultado, normalmente, são as filas de consumidores, entre outros: "... [la] liquidez acumulada llegó a representar 67%

del producto en 1993. Com mucho dinero se adquirirían pocos bienes. Esto desató diversos fenómenos inflacionarios: en el mercado racionado se tradujo en colas de espera; en el paralelo, en aumento de precios, y en el mercado negro de divisas, en una alza del tipo de cambio. La sobreliquidez corresponde en los hechos a la inflación reprimida” (CEPAL, 1997, p. 98).

Em resumo dessa discussão das pressões sobre os preços que a monetização do déficit público trouxe, temos o seguinte encadeamento: oferta escassa - empregos mantidos - salários mantidos - excesso de liquidez - pressão de demanda - pouca oferta - pressão sobre os preços. E tanta liquidez sem produtos em oferta significa poupança forçada das famílias.

Por que esse processo não terminou em hiperinflação? Porque, pelo menos nos mercados regulados, que são os predominantes na economia cubana, o governo não permitiu uma alta dos preços: “(..)como se mencionó , la considerable inyección de poder de compra nominal entre 1989 y 1993 no se tradujo en un proceso hiperinflacionario...” (CEPAL, 1997, p. 125).

De qualquer forma, como vimos, se não ocorre essa alta, os fenômenos inflacionários, surgem com outra fisionomia, é o caso das filas de consumidores (nos mercados regulados). Além do mais, se existem mercados não regulados, então, neles é o escape da alta de preços que surge como resposta ao problema da escassez de oferta/sobreliquidez. Portanto, houve inflação nos mercados informais e no mercado de câmbio.

Capítulo III - As reformas.

As reformas adotadas para que Cuba sobrevivesse a tão grave crise, demoraram a ser implementadas (CEPAL,1997,p.66). Primeiro se tentou atenuar e controlar os efeitos da crise sem acomodar a produção, o que se mostrou insuficiente. Somente depois de 1993 foi que se implantou um programa mais ambicioso. "La etapa 1990-1993 logró los objetivos de administrar la difícil situación económica que tenía el país, pero no logró crear los mecanismos de reactivación económica, ya que las medidas tomadas apelaban a resortes morales, a esfuerzos colectivos, entre otros elementos(...) A mediados de 1993 se hizo evidente la necesidad de modificaciones fundamentales en la esfera del consumo y en las relaciones externas, así como en la estructura socioeconómica del país" (Villanueva,O.P.,2003,p.3).

A seguir, com base no texto de Miranda (1999), enumeramos os principais pontos dessas reformas e procuramos esclarecer seu conteúdo.

I.Abertura da economia ao investimento estrangeiro.

II.Eliminação do monopólio estatal do comércio.

III. Legalização do uso de divisas estrangeiras

IV. Autorização do trabalho por conta própria.

V. Modificação das relações de propriedade no campo.

VI. Reforma do sistema bancário, com a criação de um Banco Central.

VII.Reforma fiscal.

VIII.Reforma do Estado, com redução do aparelho administrativo.

Quando falamos das reformas, ao mesmo tempo falamos dos impactos do fim das relações com os países do CAME, dado que elas foram adotadas somente em razão dos acontecimentos no Leste. As medidas acima relacionadas serão divididas em dois grupos, assim, num primeiro grupo, destacaremos os itens I , II e III, tratados separadamente devido ao fato de se relacionarem mais diretamente aos vínculos externos da economia cubana. Os demais itens (medidas) serão discutidos num segundo grupo, dados que estão mais diretamente ligados à economia interna. Evidentemente, são interligados e tal divisão tem fins apenas didáticos e de melhoria da exposição.

Bañuelos (2001,p.151) considera a abertura da economia como o ponto de partida da reforma, em razão da importância que teria o capital estrangeiro - e o intercâmbio de mercadorias com os países capitalistas - no reerguimento da economia cubana. Villanueva(2003, p.3) diz: "El mayor impulso [das reformas] estuvo dirigido a realizar una apertura externa, que permitiera captar en el menor plazo posible, los recursos externos que se limitaron a niveles mínimos. Esta apertura económica de Cuba fue decisiva para reactivar la economía y enfrentar la realidad de la economía mundial e insertarse en ella". E o processo de abertura da economia consistiu, em síntese, na abertura ao capital estrangeiro por meio de investimentos diretos (Muruaga, 2001,p.144).

Como já se repetiu à exaustão neste trabalho, foi a partir do fim das relações favorecidas com os países do socialismo real que Cuba se viu enredada na crise que ora discutimos. E Cuba não apenas sofreu com a falta de matérias primas e de mercados de exportação, mas, as fontes tradicionais de financiamento também se viram abruptamente cortadas, e sem que houvesse possibilidade de recuperar os investimentos estrangeiros no curto prazo.(Villanueva,2003).

A dificuldade de obtenção de divisas para as necessidades de importação da economia foi o elemento desencadeador da crise e, portanto, o problema cujo enfrentamento se fazia mais urgente, dada a impossibilidade da geração de poupança doméstica suficiente para as exigências do crescimento e desenvolvimento da economia nacional (Villanueva, 2003). Havia que se buscar meios de conseguir divisas, e assim começa a abertura para as relações com os países capitalistas.

Cuba tem tentado várias alternativas para a busca de financiamento para o desenvolvimento. Villanueva (2003, p.5), destaca as formas sob as quais os fluxos financeiros, no atual contexto internacional, chegam aos países subdesenvolvidos. Seriam, principalmente, como a) assistência oficial para o desenvolvimento b) Empréstimos c) Investimentos estrangeiros diretos e de portfólio.

Nos anos 90, a assistência oficial passou a ter maior importância desde que se tornou necessário buscar uma saída para compensar a fuga dos investimentos privados, por causa da crise da dívida externa. Porém, Cuba não tem podido se beneficiar dessa alternativa, principalmente por razões políticas.

No que tange aos empréstimos, necessários para a mobilização de recursos materiais e técnicos para a geração de nova produção e conseqüente poupança interna, para o desenvolvimento de tecnologia, melhorando as exportações que pagarão os financiamentos, Cuba os recebe, a partir de 1991, mormente dos exportadores, mas são créditos de curto prazo e que exigem altas taxas de juros. Um exemplo são os créditos que, segundo Villanueva (2003, p.8), têm permitido resolver problemas de urgência na agricultura de cítricos, açúcar, tabaco e arroz, mas que acabam por comprometer os resultados das colheitas, dado que os excedentes são canalizados para o pagamento dessas taxas.

Outra forma de financiamento são as remessas de dólares, para a Ilha, dos cubanos que vivem no exterior. Os números, segundo estatísticas oficiais, chegam à ordem de 1 bilhão de dólares.

De qualquer maneira, esses recursos têm sido insuficientes para as necessidades do desenvolvimento cubano, assim, “ La vía más expedita para Cuba en estos años, para la obtención de recursos financieros ha sido a través de la inversión extranjera directa” (Villanueva,2003,p.9).

A economia era aberta antes da crise, mas o comércio, restrito ao grupo de países do socialismo real :

“La gran complejidad de Cuba es que es una economía muy abierta, con grandes desequilibrios externos, por ende se han tomado decisiones de frenar el volumen de importaciones para no seguir incrementando el déficit comercial; pero a la vez es muy necesario retomar niveles de vida alcanzados y para eso es necesario un crecimiento sostenido a tasas más elevadas, mas para crecer se necesita incrementar las importaciones, de ahí el equilibrio que se debe alcanzar en la solución de esta problemática (Villanueva,2003, p.9).

Foi no IV Congresso do PC cubano, na primeira quinzena de outubro de 1991, que se decidiu pela adoção de reformas mais amplas para enfrentar a crise. Para que entraves jurídicos não contribuíssem para agravar os problemas, e as novas regras sobre a atuação do capital estrangeiro pudessem ser imediatamente implementadas, permitindo que este fluísse mais rapidamente para a economia, recuperou-se o Decreto Lei Nº 50, de 1982, aprovado num ambiente de dificuldades de captação com os bancos capitalistas, pois, à época, Cuba se envolvia em crescente endividamento externo.

Com a reforma constitucional de 1992, e com o reconhecimento dos direitos de propriedade às firmas estrangeiras, o número de associações do Estado cubano com o capital estrangeiro (*joint ventures*) subiu de apenas uma, no começo de 1988, para 49, em 1992, sendo que em 1995, quando se aprova a *Ley 77*, de investimentos estrangeiros, esse número já havia chegado a 212 empresas. Desde então, mais e mais acordos de promoção e proteção de investimentos estrangeiros vêm sendo firmados em Cuba. Estendendo o período de análise até 2000, foram 530 *joint ventures*, com 392 associações ainda ativas até o final do ano. São acordos com mais de 40 países, em mais de 30 setores da economia (Villanueva, 2002,p.7).

Se levarmos em conta o bloqueio norte-americano, com toda a dificuldade que ele impõe ao comércio externo cubano, esses números podem ser interpretados como prova de êxito da política de atração de investimentos, dado que a correlação entre a formação bruta de capital do período 1991-1999, a preços correntes, US\$21,400 milhões (BCC, 1998), e os números do investimento direto, US\$1,577.6 milhões, mostra que teríamos um indicador de 7%, ou seja, comparável às médias mundiais. E há um dado importante a observar neste caso e que diz respeito a como se implementam esses investimentos em Cuba. Apesar de que existam amplas garantias ao capital estrangeiro, e a repatriação de lucros e capital não sofram restrições, os investimentos são estritamente controlados pelo Governo, de forma que se dirijam a atividades estratégicas para o esforço de recuperação. As associações empresas estrangeiras-Governo e os demais tipos de empresas autorizadas a operar no país têm, necessariamente, em suas atividades, de atender aos seguintes critérios :

a) contribuir para o desenvolvimento tecnológico b) buscar a abertura de novos mercados para os produtos cubanos c) devem canalizar para Cuba os fluxos de capital, tão necessitados, pois o País, desde 1964, não tem acesso a financiamentos

do FMI, do Banco Mundial e do BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além do que, capta a taxas de juros com ágio, como efeito da aplicação da lei Helms – Burton (Muruaga,2001, p.147).

A Lei 77 só não permite a participação do capital estrangeiro nos setores de saúde, educação e defesa (exceto no setor empresarial desta), sendo que os setores que mais têm *joint ventures* e presença de firmas estrangeiras são, em ordem decrescente de importância e participação, o industrial, o de turismo, e o de serviços.

A Lei 77 também autorizou a atividade de empresas com capital totalmente estrangeiro, e não somente a atuação de empresas mistas e associações econômicas internacionais. A CEPAL (1997,p.261) considera que essa nova legislação chega a ser uma das mais liberais do hemisfério, mas, contraditório que isso possa parecer no caso de uma economia que aspira à denominação de “socialista”, não se pode perder de vista as necessidades prementes do país e as dificuldades que essa opção lhe impõe, desde aquelas decorrentes da desestruturação do comércio com os socialistas até as do bloqueio norte-americano. É importante lembrar que o Governo cubano não simplesmente abriu a economia e fez liberalização do comércio nas mesmas bases que fizeram outros países da América Latina, num processo de privatização pouco criteriosa. Em Cuba, o processo de abertura e de concessões ao capital externo foi iniciado, como dissemos acima, sob estrito controle do Governo, numa base de aceitação caso a caso de cada proposta de associação ou investimento de capital estrangeiro somente (Muruaga,2001,p.147). Está bastante claro, na parte das justificativas de promulgação da Lei 77, a forma em que o governo cubano concebe o processo de abertura :

” (...) Cuba, en aras de preservar sus conquistas y sometida además a un feroz bloqueo, careciendo de capital , de determinadas tecnologías, muchas veces de mercado y necesitada

de reestructurar su industria, puede obtener a través de la inversión extranjera, sobre la base del más estricto respeto a la independencia y soberanía nacional, beneficios con la introducción de tecnologías novedosas y de avanzada, la modernización de sus industrias, mayor eficiencia productiva, la creación de nuevos puestos de trabajo, mejoramiento de la calidad de los productos y los servicios que ofrecen, y una reducción en los costos, mayor competitividad en el exterior, el acceso a determinados mercados, lo que en su conjunto apoyarían los esfuerzos que debe realizar el país en su desarrollo económico y social" (Ley para la Inversión extranjera, nº 77, 1995).

Com relação à utilização da mão de obra por parte dessas novas empresas, mesmo com as reformas, foram mantidas muitas práticas do período em que o mercado de trabalho era "altamente regulado e estruturado" (antes de 1989), quando o recrutamento direto de trabalhadores excluía um grande número de empregos (Muruaga, 2001, p.148). Nessa época, as empresas eram obrigadas, por lei, a manter uma parte dos empregos disponíveis para serem distribuídos pelas autoridades centrais, de acordo com as exigências da planificação da economia.

A contratação dos trabalhadores é feita por uma entidade empregadora cubana, segundo critérios definidos pelo Ministério de Investimento estrangeiro, e então eles são colocados à disposição das empresas mistas ou das de capital somente estrangeiro e, no caso das *joint ventures* (mistas), a contratação é de responsabilidade da parte cubana. Outra regra é de que os trabalhadores, nativos ou não, devem residir permanentemente em Cuba, com exceção feita apenas ao pessoal de direção e de alguns técnicos (Carcanholo, M.D., Nakatani, P., 2003, p.14).

Os resultados sobre a geração de emprego, segundo Villanueva (2002, p.13), não têm sido significantes, desde que as *joint ventures* e as empresas de capital totalmente estrangeiro estão radicadas em setores de grande automação e são mais eficientemente organizadas, assim, o alívio para a economia, em termos de criação de

novos postos de trabalho, não tem sido importante. Em 2000, havia apenas 0,5 % do total dos empregados do país nas empresas vinculadas ao comércio exterior, com 19800 trabalhadores.

Quanto aos salários desses trabalhadores, apesar de estarem acima da média nacional, perdem para os de outros países, considerando-se os mesmo postos de trabalho. A diferença é que os salários reais são um pouco maiores do que mostram as estatísticas, em razão de que, em Cuba, tais trabalhadores têm acesso a serviços de saúde e educação, gratuitamente.

Em relação à Lei 77, há, no entanto, quem considere que, mesmo com “las bondades” dela, ainda haja muitos obstáculos ao desenvolvimento dos investimentos estrangeiros e que estes se têm concentrado em setores que não se relacionam diretamente com o nível de vida da população (Cf. Parrondo, 1999 p.10), setores cuja demanda está no setor turístico, por exemplo.

Quanto à eliminação do monopólio estatal do comércio, é evidente que ele não poderia persistir diante de tão aguda necessidade de obter divisas, afinal, o fato de se permitir a entrada de empresas estrangeiras foi um recurso para ajudar o governo, que tinha poucas alternativas para conseguir tais divisas. Desde 1992, quando se suprimiu o monopólio estatal do comércio, até 1997, já existiam mais de 250 empresas cuja atividade principal era a de executar as operações comerciais com o exterior. O artigo 29, capítulo X, da Lei 77, fixa esses direitos:

“Las empresas mixtas, los inversionistas nacionales y extranjeros partes en contratos de asociación económica internacional, y las empresas de capital totalmente extranjero, tienen derecho, de acuerdo con las disposiciones establecidas a tales efectos, a exportar su producción directamente, y a importar, también directamente, lo necesario para sus fines”.

Há ainda outras duas leis importantes aprovadas como parte das reformas econômicas em Cuba, a Lei de Minas, permitindo às companhias estrangeiras que explorem reservas minerais em Cuba, e o Decreto Lei 165, que cria as zonas francas e os parques industriais.

No caso das zonas francas e dos parques industriais, aproveitam-se as facilidades de comunicação marítimas e aéreas de determinada região, bem como sua disponibilidade de força de trabalho qualificada, para a atração dos investimentos estrangeiros. Aqui, novas facilidades são colocadas à disposição do investidor. Existem regimes especiais no que se refere às legislações aduaneira, bancária, tributária, de migração, de inversões de capital, de comércio exterior e, inclusive, trabalhista. A diferença entre "zona franca " e "parque industrial" é de que neste, mesmo que tenha praticamente as mesmas características da zona franca, as atividades desenvolvidas são principalmente industriais. Quanto às zonas francas, as atividades podem também ser agropecuárias, comerciais, tecnológicas e de serviços (Decreto Lei 165, junho de 1996).

Com relação à Lei de Minas, ainda que a Constituição estabeleça que o subsolo, as minas, águas etc são propriedade "estatal socialista" de todo o povo e que "Al estado le corresponde el dominio inalienable e imprescriptible del subsuelo, las minas y todos los recursos naturales" (Ley de Minas, dezembro de 1994), diante do reconhecimento de que é preciso " (...) promover y lograr, com el necesario control por el Estado, la elevación del conocimiento geológico del país y la más eficiente y racional explotación de sus recursos minerales..." (Ibid.), o Governo abriu concessões ao capital estrangeiro para o reconhecimento de zonas de interesse para prospecção, investigação geológica, exploração, processamento e comercialização dos recursos minerais. Novamente, as concessões são temporárias e estritamente regulamentadas.

Legalização do uso de divisas estrangeiras. Deter-nos-emos um pouco mais neste tópico, dado que a questão da legalização das divisas estrangeiras tem relação direta com um tema candente para a sociedade cubana hoje, a dolarização da economia, sendo assim mais um desdobramento importante dos impactos do fim do CAME.

A economia cubana tornou-se dual, em termos do funcionamento monetário de seus mercados, ou seja, está dividida em dois setores. Nas atividades ligadas ao setor externo, de uma maneira geral, opera-se usando o dólar como padrão monetário, enquanto que as atividades econômicas restantes o fazem em moeda nacional (Muruaga, 2001,p144). A esse respeito, assim se referem Ritter e Rowe: "There are efectively two general economies, a dollar and a peso economy with significant segmentation and overlap between the two" (2000,p.4).¹

Em agosto de 1993, confrontando uma crise multidimensional, para a qual os remédios habituais da intensificação de controles e das campanhas de apelos morais não estavam mais funcionando (Ritter & Rowe, 2000, p.7), as autoridades cubanas, depois de mais de três décadas de proibição, decidiram descriminar a posse de divisas estrangeiras e tornar legais as remessas de divisas para a Ilha. Com essas medidas, que eram parte do esforço de estimular a vinda de divisas para o País, repetimos, sempre insuficientes diante das necessidades de importação, pretendia-se trazer para o Estado cubano os dólares que então circulavam no mercado negro (Parrondo,1999,p.5), e também estimular as remessas de dólares, dos cubanos radicados no exterior, para seus familiares em Cuba.

Existem várias fontes de entradas de dólares em Cuba, sendo que a mais importante é exatamente a das remessas de cubanos não residentes. Tais remessas vêm aumentando em importância, tendo partido de um nível próximo a 20 milhões de

¹ Três moedas circulam na economia cubana: o peso, o dólar e o peso conversível.

dólares, em 1991, para aproximadamente 800 milhões de dólares, em 1999. Outras duas fontes importantes são a do turismo e dos pagamentos suplementares feitos por empresas estrangeiras, embaixadas e organizações internacionais aos seus empregados cubanos. No que se refere ao turismo, estima-se que, em 1999, sua receita líquida tenha ultrapassado a cifra de 1 bilhão de dólares. Por último, ainda existem os incentivos, em dólares, pagos aos cubanos que trabalham em empresas de setores estratégicos da economia, como mineração, por exemplo.

O Estado cubano procura então arrecadar e controlar essas divisas de forma a poder alocá-las para setores que considere mais importantes para o enfrentamento da crise. Podemos destacar aqui as chamadas TRD (*tiendas para la recaudación de divisas*) ou casas de recuperação de divisas como um dos instrumentos dessa estratégia.

"There are chains of retailing stores for dollars, including convenience stores, grocery stores, retailers of clothing, footwear, household gadgetry, major electronic products, and a broad range of consumer products. The volume of these outlets is enormous, if the value of their dollar sales are translated into pesos at the quasi-official exchange rate which is in fact the relevant rate for Cuban citizens wishing to exchange pesos for dollars or vice versa" (Ritter & Rowe, 2000, p. 10).

Neste caso, o governo impõe uma taxa de 140% para a maior parte dos produtos vendidos (nas TRD). A demanda predominante de dólares para transações da população cubana se dirige a essas casas.

Ainda há outros motivos de demanda para transações por parte da população. Algumas taxas oficiais devidas ao Governo como emissão de passaporte, de vistos para turistas etc, devem ser pagas em dólar. Neste caso, isso também significa uma forma de arrecadação de divisas.

Apesar do que foi dito acima, é conveniente deixar claro que a maior parte da população não tem acesso a recebimentos em dólares e que a fonte predominante de renda é o salário pago em pesos cubanos. Ainda assim, como lembra Bañuelos (2000), por existir uma parte da população que, por diferentes meios, obtém essas divisas (remessas, trabalho no setor dolarizado, intermediação em atividades da esfera do dólar etc), tem sido possível ao País arrecadá-las em razoável quantidade : “Las cifras son elocuentes: em 1995 se captaron 530 millones de dólares mientras que em 1996 se lograron recolectar 627 millones de dólares producto de la venta de mercancías y servicios en las tiendas que ofertan em moneda extranjera, lo cual es um volumen de divisas importante y que trae grandes beneficios al país...” (Bañuelos, 2000, p.173).

Vimos, portanto, que existem dois circuitos monetários em Cuba, o do peso (peso cubano e peso conversível), alimentado pela emissão do Banco Nacional de Cuba, e o de divisas provenientes dos saldos da balança comercial, das remessas e transferências unilaterais e dos fluxos líquidos de capitais do exterior. Mas, segundo a CEPAL (1997, p.115), de uma perspectiva microeconômica, os problemas da dupla circulação não são provenientes do fato de que o dólar circule ao lado do peso cubano, mas pelo fato de existirem duas taxas de cambio. Há uma taxa oficial, principalmente para o comércio internacional, de 1 peso por dólar e, junto a ela, existe uma outra, “semi-oficial”, de aproximadamente 22 pesos por dólar.

Taxas de câmbio: oficial, semi-oficial e paralelo.1994-1997(pesos por dólar)

Mês	Tipos de câmbio									
	Oficial		Semi-oficial				Paralelo			
	Público	Com.Ext.	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997
Janeiro	1	0,74			25	22	90	45	25	22
Fevereiro	1	0,74			25	22	100	40	25	22
Março	1	0,74			25	22	110	38	25	22
Abril	1	0,74			23	22	120	35	23	22
Maiο	1	0,74			23	22	120	32	23	22
Junho	1	0,74			23	22	125	30	23	22
Julho	1	0,74			23	22	130	25	23	22
Agosto	1	0,74			23	22	110	15	23	22
Setembro	1	0,74			23	22	85	30	23	22
Outubro	1	0,74		30	23	22	60	32	23	22
Novembro	1	0,74		25	22	22	40	27	22	22
Dezembro	1	0,74		25	22	22	60	27	22	22
Média anual	1	0,74	0,00	6,67	23,33	22,00	95,83	31,33	23,33	22

Fonte: Bañuelos, G.P., 2001, p.287.

Em resumo, diante dos fatos da abertura ao investimento estrangeiro, da legalização da posse de divisas e da desregulamentação dos mercados agropecuários, a economia cubana se tornou, de fato, dual. Existe o setor planificado da economia, com seu próprio sistema de preços, funcionando em pesos cubanos e produzindo bens e serviços para o mercado interno. Nessa esfera estão a agricultura (aí incluída a produção de açúcar), o setor educacional e da saúde. Os preços nesse setor são regulados e suas empresas continuam recebendo subsídios para a aquisição de parte de seus insumos, em razão de que precisam cobrir o déficit em que incorrem por terem de vender também a preços subvencionados.

E ao lado do setor planificado, existe um outro, ligado ao mercado externo, com seus próprios preços também, que opera em divisas estrangeiras. Com exceção da força de trabalho, suas empresas podem comprar, com dólares, insumos nacionais e

estrangeiros, sendo que depois transferem parte das divisas obtidas para o orçamento central do Estado.

Foi a partir dos fatos que descrevemos acima que se formou um mercado interno em divisas estrangeiras e surgiu o fenômeno da dolarização da economia cubana, o qual tem sido objeto de muita discussão entre estudiosos dos problemas cubanos(Hidalgo, V.,2003). Não é nosso objetivo aprofundar-nos nessa discussão, que gira em torno de como Cuba deve proceder para sair da dolarização.

De acordo com nosso plano do capítulo, trataremos agora do segundo grupo de reformas, isto é, daquelas mais diretamente relacionadas à economia interna.

Como parte das alterações das formas de propriedade em Cuba e da descentralização das atividades, isto é, a diminuição do campo de atuação do Estado, destacamos a autorização do trabalho por conta própria e a modificação das relações de propriedade no campo.

No primeiro caso, o objetivo é, segundo Miranda (1999, p.5), remediar os problemas de satisfação de demanda de serviços no mercado interno, nos setores, principalmente, de reparação e pequenos consertos, em que o Estado não tem podido ofertar serviços, por exemplo, consertos de eletrodomésticos, serviços de construção civil como de pedreiros, encanadores, carpinteiros, pintores etc. Além disso, a autorização do trabalho por conta própria ajuda a aliviar as pressões sobre o emprego. Segundo a CEPAL (1997,p.188), há problemas importantes com relação ao emprego em Cuba. O primeiro diz respeito à dificuldade em gerar ocupações produtivas, como resultado das restrições externas e dos problemas de inserção internacional da economia cubana, tanto na esfera comercial quanto na financeira. As possibilidades de geração de trabalho produtivo ficam limitadas pela falta de divisas para adquirir

insumos e bens de capital. O segundo, não relacionado ao problema do estrangulamento externo, surge como um agravante dele e se refere a problemas de envelhecimento da população. O contingente em idade de trabalhar cresce a taxas baixas (0,5 % anualmente), e se prevê um aumento do número de pessoas aposentadas em relação ao número de outros em idade de trabalhar.

O Decreto Lei ° 141, editado em setembro de 1993, em substituição ao decreto-lei nº 14, de julho de 1978, regula o trabalho por conta própria em Cuba. O Decreto dispõe sobre as atividades em que se permite o trabalho autônomo, quem pode exercê-lo e os requisitos para exercê-lo. As pessoas interessadas em trabalhar por conta própria se inscrevem no cadastro de contribuintes, de forma que paguem uma cota fixa mensal, em caráter de imposto, para o Governo. O Estado também se encarrega de supervisionar a qualidade dos produtos e serviços nessas atividades. Entre os trabalhadores autorizados a trabalhar por conta própria estão: a) aqueles vinculados a centros de trabalho, com exceção de dirigentes b) aposentados c) os trabalhadores considerados excedentes ou que recebam subvenções em razão do processo de racionalização/paralisação dos seus centros de trabalho, ou os desempregados involuntários d) as donas de casa.

Quando da edição do Decreto-Lei 141, os profissionais graduados em universidades ainda não foram autorizados a realizar trabalho por conta própria, e o mesmo se aplicava aos médicos, professores, pesquisadores etc, que continuavam com seus empregos garantidos pelo Estado. O argumento para tal proibição era de que esses profissionais tinham o dever de ajudar o país, utilizando seu conhecimento em benefício de toda a sociedade, dado que o Estado lhes havia custeado toda a formação técnica e intelectual. Entretanto, pouco mais de um ano após a promulgação

dessa lei, a exclusão dos profissionais graduados em universidades foi revogada (Resolução 10/95, de junho de 1995).

Há ainda alguns pontos que vale a pena destacar em relação ao trabalho por conta própria. Em primeiro lugar, àqueles que decidirem trabalhar por conta própria será vedada a contratação de auxiliares assalariados. Segundo: o Estado, conforme o artigo décimo oitavo do Decreto em questão, não se retira de atividades que sejam desempenhadas por autônomos e mantém sobre controle esse novo segmento da força de trabalho nacional. Um exemplo dessa ingerência estatal é que não se permitirão a proliferação excessiva de vendedores, especialmente em certas áreas, e tentar-se-á evitar, a todo custo, o surgimento de "intermediários o parasitos que lucren y se enriquezcan con el esfuerzo de los demás" (Resolução Conjunta nº 1CETSS-CEF acerca Del Exercício Del trabajo por Cuenta Propia, setembro de 1993.). Por último, havia, em 1994, 3,2 % dos trabalhadores ativos dedicando-se a atividades por conta própria, sendo que esse número cresceu para quase 4%, em 1995, declinando um pouco nos anos seguintes.

Outro ponto das reformas foi a reorganização do setor agropecuário, pois, como vimos, o setor foi muito afetado pela falta de insumos etc, e era então urgente tomarem-se medidas para elevar a oferta de alimentos. As principais resoluções foram duas: criaram-se, em 1993, as UBPC (Unidades Básicas de Produção Cooperativa), isso significou a transferência de parte das terras estatais aos trabalhadores das granjas estatais, em usufruto gratuito e com duração indefinida. Também lhes foi concedida a propriedade de meios de trabalho, via crédito facilitado. Simultaneamente, foram novamente abertos os mercados camponeses, liberados no começo dos anos de 1980, e que tinham sido fechados em meados da mesma década, com base nos

argumentos de que vendiam mais caro, não entregavam a parte que deviam ao Estado.

A alteração nas relações de propriedade no campo foi profunda. Antes de 1994, dos 11048 milhões de hectares da superfície total do País, 9129 milhões eram propriedade estatal, ou seja, 82% do total. Com as mudanças, em 1994, o Estado detém agora 6 milhões de hectares, o que corresponde a 54,3% da superfície total, portanto, 34,3 % a menos. O setor não estatal conta hoje com 45.5 % do total das terras, sendo que 28,4 % destes foram entregues às UBPC. Essas terras transferidas pelo Estado cubano foram principalmente terras produtivas. **Quadro p.248/cepal**

Cuba: superfície total por forma de propriedade, 1990, 1992 e 1994 (ao final de dezembro de cada ano)

	Milhares de hectares			Estrutura(%)		
	1990	1992	1994	1990	1992	1994
Superfície total reportada	11048,3	11066,3	11043,9	100,0	100,0	100,0
Setor estatal	9129,4	9187,1	6014,6	82,6	83,0	54,5
CAI açucareiros	2032,2	2025,4	199,4	18,4	18,3	1,8
Empresas agropecuárias	4083,0	4052,7	2371,4	37,0	36,6	21,5
Empresas silvícolas	2167,5	2119,4	2093,8	19,6	19,2	19,0
Granjas EJT			186,9			1,7
OLPP	700,7	788,3	883,7	6,3	7,1	8,0
Outros estatais	146,0	201,3	279,4	1,3	1,8	2,5
Setor não estatal	1918,9	1879,2	5029,3	17,4	17,0	45,5
UBPC			3133,3			28,4
CPA	832,7	772,9	757,2	7,5	7,0	6,9
CCS	825,5	850,0	883,9	7,5	7,7	8,0
Camponeses dispersos	260,7	256,8	216,8	2,4	2,3	2,0
Outros(não estatais)			38,1			0,3

Fonte: CEPAL, 1997, p.248.

O setor agropecuário, depois da reforma, assumiu a seguinte configuração: existem dois setores, a agricultura estatal e a não estatal, sendo que este pode ser dividido em dois grupos :o setor cooperativo e o setor privado. No setor estatal, existem as empresas do Ministério da Agricultura (Minag), dedicadas à produção e a prestação de serviços, parte dedicada à criação de gado e parte à agricultura.

Empregam por volta de 233000 pessoas. Depois temos as Empresas Municipais Agropecuárias, com produção mais diversificada, e ainda, outras empresas agropecuárias pertencentes a Ministérios que não ao Minag.

No setor não estatal cooperativo temos: a) as UBPC, sendo que parte delas se dedica à agricultura da cana de açúcar e outra, 755 unidades, cultiva café, cacau, tabaco, cítricos. Existem mais 824 unidades dedicadas à criação de bovinos (90%) e apicultura (10% desse total). Em 1996, estavam empregadas nas UBPC aproximadamente 131000 pessoas; b) as CPA (Cooperativas de Produção Agropecuária): são agrupamentos voluntários de antigos camponeses independentes que uniram suas terras e ativos em propriedades coletivas e indivisíveis (CEPAL,1997,p.233). Existem desde antes da Revolução. São 594 dedicadas ao cultivo dos mesmos produtos que as UBPC, porém, o fazem em proporções diferentes. Outras 773 se dedicam à criação de gado. São 36000 pessoas empregadas nessas cooperativas; c) as CCS (Cooperativas de Crédito e de Serviços): são cooperativas de pequenos agricultores privados voltados à gestão do crédito bancário ou à compra de serviços e insumos. Apesar da denominação de cooperativas, nelas prevalece a exploração individual da terra e dos ativos (CEPAL,1997,p.233). São 1977 na agricultura não canavieira e 371 na criação de gado. Em 1996, empregavam aproximadamente 125000 pessoas; d) por fim, existe ainda, como parte da agricultura não estatal, um pequeno setor privado, formado por pouco mais de 20000 camponeses independentes, além de outros parceiros e usufrutuários que exploram terras estatais, sendo que estes últimos somam 60000 pessoas.

As UBPC são a maior novidade entre as entidades citadas. Não são proprietárias das terras que cultivam, mas seus trabalhadores podem, ao menos

parcialmente, decidir sobre os rumos da produção. Dizemos "parcialmente" porque, apesar da descentralização, as UBPC mantêm-se em certo grau de subordinação ao Estado, desde que não disponham livremente sobre seus planos de produção, pois boa parte dela deve ser entregue aos armazéns do governo (sistema de acopio). As cooperativas também não podem selecionar mercados (CEPAL,1997,p.237), mas podem vender seus excedentes a preços livres nos mercados agrícolas. Com relação aos seus trabalhadores, mesmo quando essas entidades não geram lucros, eles têm garantido um salário mínimo. A CEPAL afirma que o fato de pertencerem às UBPC lhes tem proporcionado melhoras em seus níveis de consumo(1997,p. 238).

A partir de 1994, houve a reabertura dos mercados agropecuários livres do começo da década de 1980. O resultado dessa abertura foi uma redução substancial nos preços dos mercados informais, o que contribui para a melhora dos padrões alimentares da população. Neles não se podem comercializar quaisquer produtos. Alimentos essenciais como leite, carne de gado, batata, café, não são transacionados nesses mercados. Em 1995, o valor do comércio nesses mercados foi de um bilhão e meio de pesos. Quanto aos impostos, eles incidem com menos intensidade de acordo com os mercados a abastecer. Nos locais mais suscetíveis à escassez, como grandes centros, eles são mais baixos, 5% nestes e 15% nas províncias (CEPAL,1997,p.242).

A reforma do sistema bancário teve como sua principal medida a criação de um Banco Central, em substituição ao Banco Nacional de Cuba, que assumiu as funções tradicionais de emitir a moeda nacional e de implementar a política monetária, além do encargo de supervisionar e regular o nascente sistema financeiro, bem como as representações de bancos estrangeiros em Cuba. O novo Banco Central tem a tarefa de administrar as reservas internacionais, no entanto, sem responsabilidade

pelas obrigações financeiras adquiridas anteriormente pelo Estado cubano (Parrondo, 1999,p.5).

No que se refere à reforma fiscal,vimos que o Estado cubano, frente à crise iniciada em 1989, não reagiu imediatamente com um ajuste estrutural da economia. A política de manter as conquistas sociais, evitando o desemprego, subsidiando perdas de empresas estatais etc, foi sustentada inicialmente com emissão de moeda pelo Banco nacional ,o que trouxe profundo déficit orçamentário. Assim, em 1994, promulgou-se a Lei do Sistema Tributário, de forma a melhorar a arrecadação de impostos e sanar o déficit fiscal. Com essa Lei, passou-se a tributar a renda e, em conformidade com as novas feições da economia, também as empresas privadas e de capital estrangeiro.

Por fim, procedeu-se a uma reforma do Estado, com a redução do aparelho administrativo.A política de austeridade e contenção de gastos atingiu também a estrutura burocrática estatal. No plano administrativo, foram redimensionados vários órgãos governamentais, sendo que houve uma redução de onze ministérios do Governo central. Por outro lado, conforme já tivemos oportunidade de discutir, também houve uma redução do número de empresas sob controle do Estado, quando das transferências da propriedade estatal para cooperativas, na agricultura.

Capítulo IV - O socialismo de Marx e Engels :fundamento do regime cubano.

Em que pese o vício da economia política burguesa em tentar dissociar as questões relativas aos ideais humanos de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem, em que o livre desenvolvimento individual seja condição para o livre desenvolvimento de todos, e as que considera “puramente econômicas”, com a alegação de que não se pode misturar juízos de valor a argumentos científicos, este trabalho procura, ao apresentar os impactos do fim das relações de Cuba com os países membros do extinto CAME e também as reformas editadas em resposta a tremendamente desfavoráveis circunstâncias político-econômicas externas, não deixar de relacionar a experiência cubana ao projeto humano mais amplo de busca de uma sociedade igualitária, racional (racionalidade coletiva e não privada), projeto cujo tratamento científico e sistemático encontra sua melhor definição nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels. A expressão “não deixar de relacionar” significa dizer que a situação de Cuba não deve ser pensada fora de conexão com o debate socialismo x capitalismo, ainda que, para muitos, isso pareça completamente “anacrônico”. Não faria sentido tratar Cuba como mais uma “economia periférica” sem notar a especificidade fundamental de que é um país que se esforça por manter o ideário da revolução comunista. A nosso ver, esse é o aspecto relevante sobre a questão cubana.

Alguns dos participantes do atual debate sobre os rumos da sociedade cubana, a CEPAL aí incluída, deixam transparecer que não há nenhum problema quanto à volta ao capitalismo, desde que “não se percam as conquistas sociais”. Mas

há um ponto que não deve ser esquecido. Trata-se de que o regime capitalista não pode, de maneira nenhuma ser visto como alternativa para a humanidade.¹

Pode-se afirmar que Cuba não pode resistir sozinha ! Mas ela tem resistido! o País vem, indiscutivelmente, melhorando seus índices de desempenho econômico.² É certo que as reformas não deixam dúvida quanto ao seu teor de restauração capitalista, mas o Governo cubano mantém razoável controle da economia e, além de tudo, mostra-se feroz crítico da restauração, reiterando sempre que as políticas que ora se adotam em Cuba são apenas parte de um recuo estratégico, e que o socialismo continua bastante forte como meta.

¹ Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Nesse sentido como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente- seja na forma econômica direta seja na forma basicamente política- no decurso da reprodução expandida da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras. Mesmo sob a 'normalidade' de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente limitados, a destruição que acompanha as conseqüentes crises socioeconômicas e políticas pode ser enorme, como o revelam os anais do século XX, que incluem duas guerras mundiais (para não mencionar incontáveis conflagrações menores). Portanto, não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise sistêmica, verdadeiramente estrutural; ou sejam uma crise que afete o sistema do capital global e não apenas um de seus aspectos- o financeiro/monetário, por exemplo- mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social.

Sob condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como par a humanidade em geral." Mészáros,,2002,p.100).

² Analisando o período de 1994 a 1998, Juan Triana Cordovi, do Centro de Estudos da Economia Cubana, da Universidade de Havana, diz o seguinte: "El año 1998 resultó ser también un año de crecimiento para la economía cubana, con lo cual se mantiene por cinco años consecutivos la tendencia a la reanimación de la economía iniciada en 1994" (Cordovi, J.T., 1999, p.1). O ano de 1999 foi o segundo melhor ano de crescimento desde o começo da crise: 6,2%, sendo que o aumento da produção de açúcar e o turismo foram em grande parte responsáveis por esse número. (Idem, 2000, p.1)

Com isso não estamos afirmando que a manutenção do regime de orientação socialista dependa apenas das desígnios do governo cubano. Nossa intenção é mostrar que Cuba oferece resistência ao retorno do capitalismo e que o Partido Comunista tem unido discurso e prática³. No corpo deste trabalho, ao apresentarmos os inúmeros problemas enfrentados por Cuba depois do fim do socialismo real, pudemos mostrar também a maneira igualitária como foram distribuídos os custos do ajuste durante a crise.⁴ Portanto, parece-nos justo dizer que não se tem alterado o discurso e não se tem alterado a prática. A orientação dominante não é aprofundar as reformas, mas revertê-las tão logo seja possível. Cuba não seguiu os mesmos caminhos trilhados pelos países do Leste Europeu ou da Rússia, Estados em que o capitalismo foi, de fato, plenamente restaurado.⁵

É evidente que se pode discutir economia sem fazer referência a valores, a considerações éticas etc, no entanto, a nosso ver, o que desafia o espírito humano em matéria econômica é justamente conseguir encontrar os meios para que a produção se faça sem travas, com a melhor técnica, mas que prevaleça o valor fundamental que é o desenvolvimento humano universal. A capacidade de produzir com boa técnica e eficiência não é um atributo exclusivo da organização capitalista da produção, mas antes, dos seres humanos (históricos, da sociedade atual), com seus

³ Pode-se argumentar que, mesmo com as boas intenções do Governo, por causa das reformas, seja inexorável o retorno completo do capitalismo a Cuba, isto é, que essas reformas terão conseqüências cujo controle escapará ao Governo. Mas, afirmar que o retorno ao capitalismo será inexorável ou, ao contrário, que o Governo cubano, diante de uma melhora no quadro externo, vá conseguir manter a meta socialista, não pode passar de um exercício de adivinhação. Constatamos que há forças operando em sentidos opostos e, talvez até nos pareça mais provável, dado o isolamento de Cuba, que o País não consiga mesmo resistir. No entanto, não há como prever o futuro, apenas indicar tendências.

⁴ Eles foram distribuídos igualitariamente. Essa ação termina aí. Não se está discutindo se os impactos acabaram sendo desiguais. Estou apenas fundamentando minha afirmação de que a prática do governo tem sido coerente com seu discurso.

⁵ Com isso não estamos afirmando que o capitalismo esteja ausente da sociedade cubana. Ele tem penetrado em Cuba, com a anuência do governo, mas como recuo estratégico. Pode haver, por outro lado, alguma dúvida de que a ex-URSS tenha se tornado capitalista, ou a Polônia, ou a Hungria etc? O que mais é preciso para "provar" que eles são capitalistas? Esses países são "oficialmente" economias de mercado. Ninguém se esconde mais sob uma "ideologia" socialista, sendo que o socialismo lá é considerado algo ultrapassado.

cérebros, músculos e recursos. Precisamos de indústrias, mas de indústrias úteis, que preservem o próprio homem e seu meio, sustentáveis.

A título de ilustração, vejamos alguns casos denotativos do sumo grau de irracionalidade a que se chega com a atual forma de organização político-econômica mundial. Na década de 1980, segundo dados do Banco Mundial, nos países considerados “desenvolvidos”, o Estado destinava aos armamentos, o mesmo que destinava à saúde e à educação tomadas em conjunto. Muito pior é que, nos países em desenvolvimento, de renda intermediária, essas proporções eram as mesmas, com o agravante de que, se nos “desenvolvidos” o gasto com armamentos era de 7 dólares por habitante, nos mais pobres, era de 28 dólares por habitante, em média (Strahm, 1991, p.20).

No começo da década de 1990, com o custo de um determinado tanque de guerra, era possível financiar o armazenamento de 100 mil toneladas de arroz, quantidade suficiente para cobrir as necessidades anuais de 500 milhões de pessoas, ou da construção de 1000 salas de aula, para 30000 estudantes. Se transferíssemos o dinheiro suficiente para comprar um avião moderno de combate de fins dos anos de 1990, poder-se-ia construir 40 mil farmácias em povoados do 3º Mundo. (Ibid., p.20).

Por último, sabe-se que a fome, há muito é um problema de divisão de alimentos. Segundo a FAO, em 1980, a quantidade disponível de calorias e proteínas que a agricultura mundial produzia podia proporcionar uma ração cotidiana de 3140 calorias e 65 gramas de proteínas, sendo que as necessidades alimentares médias mundiais são de aproximadamente 2400 calorias diárias (FAO, 1981)

Do nosso ponto de vista, a organização econômica deve ser feita de forma a que se torne uma base material adequada para a humanização e para a harmonia

social, no sentido em que escreveu Marx, recordando os materialistas franceses, na "Sagrada Família":

"If man draws all his knowledge, sensation etc, from the world of the senses and the experience gained in it, then what has to be done is to arrange the empirical world in such a way that man experiences and becomes accustomed to what is truly human in it and that he becomes aware of himself as man. If correctly understood interest is the principle of all morality, man's private interest must be made to coincide with the interest of humanity"(Engels, F. , Marx, K., 1978, p. 9).

Os economistas burgueses tratam a organização econômica atual como a única possível, como eterna, como se realmente valesse a idéia de que chegamos ao "fim da história". Deixam implícito em suas análises (quando não abertamente declarado) que não há outra forma de se organizar a economia que não seja em bases capitalistas. E não se trata de cientistas reconhecidamente conservadores. Pode-se encontrar esse tipo de sugestão mesmo nos textos da CEPAL. É claro, isso tem forte conotação ideológica e apologética, dado que, se não há melhor forma de se organizar a economia, não há então motivos para a luta de classes conseqüente, cientificamente dirigida, que procure derrubar o capitalismo. E dessa premissa decorre o apelo à passividade, à resignação, ao abandono da luta de classes, ao conformismo e à participação no "jogo" conforme as regras "inelutavelmente" dadas. Na concepção desses economistas, o capitalismo, mesmo com todos os seus efeitos tremendamente danosos à sociedade humana ainda seria preferível a um sistema socialista, que teria, supostamente, revelado uma incompatibilidade congênita com a eficiência na produção. Apenas a alocação de recursos feita pelo mercado seria mais eficiente, mais racional.

Em resumo, o debate sobre os rumos da economia cubana não deve prescindir da discussão sobre “direitos”, concepções filosóficas, concepções de mundo. Estes elementos, os levamos conosco quando nos dirigimos à produção. Decisões econômicas envolvem valorações. Não há soluções apenas “técnicas” e “neutras”, todas as decisões econômicas têm sempre desdobramentos filosóficos e políticos.

Tratando das diferenças entre a economia marxista e a marginalista, Paul Singer(1989,p.18) lembra que a economia política, para os marxistas , é “ a ciência do social,abrangendo em seu campo de estudo o conjunto de atividades que formam a vida econômica da sociedade”, de forma que, “metodologicamente, a economia política se encarrega de explicar ou interpretar não só a atividade essencialmente econômica mas também suas condicionantes sociais e políticas.A concepção da economia como atividade social, ou seja,social e politicamente condicionada, impõe logicamente essa atitude.Se o fator causal básico das formas assumidas pela vida econômica é o modo histórico de produção, a economia política não pode deixar de colocar no centro de suas preocupações a estrutura de classes, o relacionamento mais ou menos conflitivo entre as mesmas no campo econômico e político, as bases institucionais do Estado e seu papel na produção e circulação de mercadorias, na repartição da renda, na acumulação de capital, no desenvolvimento das forças produtivas etc.”. Ainda segundo esse autor, a vocação(ou a lógica) da economia política é tornar-se “ciência social total, englobando a economia, a sociologia...” etc, “lógica centrípeta”,segundo ele, que ,por imposição de regras universitárias e por interesses corporativos de economistas , sociólogos e profissionais de outras áreas das ciências humanas, não se efetiva.

Os princípios que inspiram a idéia da economia “neutra”, da solução técnica de adotar reformas de mercado, por ser este supostamente mais “eficiente” e economicamente viável, sem que se pergunte sobre a quem interessam essas práticas, são os princípios do “marginalismo”, que propõe que “(...)as ciências do homem teriam como objeto próprio um setor do universo humano, o que pressupõe naturalmente que cada área comportamental guarda considerável autonomia em relação às demais. Assim, imagina-se que as pessoas tomam decisões econômicas sempre de acordo com as mesmas leis, independentemente de sua situação de classe(...) ao mesmo tempo, imagina-se que as pessoas se relacionam socialmente de acordo com outras leis, que nada têm a ver com suas decisões econômicas. E no campo político, o comportamento de eleitores, partidos políticos e frações ideológicas seria regido ainda por outras leis, também independentes das que comandam o comportamento econômico e social”(Singer,1989, pp.19,20).

Porque o principal problema do sistema capitalista é o fato de que ele gera a desagregação social. Como dizia Engels, a contradição entre a produção coletiva e a apropriação privada é o germe de todo antagonismo social de hoje (Engels, F., 1978, pp.61-62). Quanto ao socialismo, ninguém pretende que ele se estabeleça e imediatamente resolva os problemas de convivência entre os seres humanos ou que nunca mais a sociedade se defronte com problemas econômicos. Eliminada a forma de produção burguesa, há que se atravessar ainda um longo período de reeducação social, conforme Marx indica em seu “Crítica do Programa de Gotha”, pois a nova sociedade estaria ainda condicionada por muitíssimo arraigados hábitos da velha sociedade.

Digamos que a preocupação de fundo neste trabalho seja a apresentação do socialismo como a base econômica mais adequada à formação de uma sociedade

harmônica, sem exploração do homem pelo homem, e, como vimos, a economia é subsidiária aqui, é tomada como meio, como o instrumento para se atingir a meta principal: a humanização, o objetivo de tornar o homem desalienado e o centro real das preocupações do próprio homem. Queremos dizer com isso, que não vivemos para produzir a riqueza pela riqueza, que não nos interessa uma sociedade-máquina super produtora de supérfluos e descartáveis.

Portanto, temos de ir além de uma simples apresentação dos limites e possibilidades do desenvolvimento da economia cubana como partícipe “periférica” na economia mundial. Interessam-nos as implicações, para o projeto comunista-marxista de uma revolução social geral (e para a revolução cubana especificamente), das “soluções” adotadas pelos gestores da economia da Ilha face aos problemas que se colocam atualmente para seu país. Afinal, se Cuba enfrenta os problemas que enfrenta hoje, isso se dá quase que exclusivamente em razão de estar sua história indissoluvelmente ligada ao desejo de se levar a cabo tal projeto.

Finalmente, os pontos de vista que apresentamos acima apóiam-se em nossa convicção de que, à toda discussão puramente “econômica e técnica” das alternativas e caminhos trilhados por Cuba, subjaz ainda e nada mais do que a antiquíssima e “prosaica” disputa pelos frutos da produção dos bens necessários à manutenção da existência humana.

4.1 O que se buscava em Cuba?

A seguir, apresentaremos alguns dos princípios inspiradores da organização social cubana. Há vários textos de Marx e Engels onde podemos tomar conhecimento das características daquilo que eles pensavam ser as tarefas da revolução socialista.

Em 1847, num projeto de programa para a Liga dos Comunistas, publicado depois sob o título "Princípios do Comunismo", texto que se tornou base para a redação do "Manifesto do Partido Comunista", Engels assim escreveu sobre os pontos principais da nova organização que deveria surgir com a revolução proletária:

"XIV. ¿Cómo debe ser ese nuevo orden social? Ante todo, la administración de la industria y de todas las ramas de la producción en general dejará de pertenecer a unos o otros individuos en competencia. En lugar de esto, las ramas de la producción pasarán a manos de toda la sociedad, es decir, serán administradas en beneficio de toda la sociedad, con arreglo a un plan general y con la participación de todos los miembros de la sociedad. Por tanto, el nuevo orden social suprimirá la competencia y la sustituirá con la asociación. En vista de que la dirección de la industria, al hallarse en manos de particulares, implica necesariamente la existencia de la propiedad privada y por cuanto la competencia no es otra cosa que ese modo de dirigir la industria, en el que la gobiernan propietarios privados, la propiedad privada va unida inseparablemente a la dirección individual de la industria y a la competencia. Así, la propiedad privada debe también ser suprimida y ocuparán su lugar el usufructo colectivo de todos los instrumentos de producción y el reparto de los productos de común acuerdo, lo que se llama la comunidad de bienes. La supresión de la propiedad privada es incluso la expresión más breve y mas característica de esta transformación de todo el régimen social, que se ha hecho posible merced al progreso de la industria. Por eso los comunistas la planteen con razón como su principal reivindicación." (Engels,F.,1978,p.84).

Depois, já no "Manifesto"(1848), Marx e Engels anteciparam as medidas que, de maneira geral, deveriam ser aplicadas nos países capitalistas mais desenvolvidos, assim que a classe operária tomasse o poder político:

1. Abolition of property in land and application of all rents of land to public purposes.
2. A heavy progressive or graduated income tax.

3. Abolition of all right of inheritance.
4. Confiscation of the property of all emigrants and rebels.
5. Centralisation of credit in the hands of the State, by means of a national bank with State capital and an exclusive monopoly.
6. Centralization of the means of communication and transport in the hands of the State.
7. Extension of factories and instruments of production owned by the State; the bringing into cultivation of waste lands, and the improvement of the soil generally in accordance with a common plan .
8. Equal liability of all labour. Establishment of industrial armies, especially for agriculture.
9. Combination of agriculture with manufacturing industries; gradual abolition of the distinction between town and country, by a more equable distribution of the population over the country.
10. Free education for all children in public schools. Abolition of children's factory labour in its present form. Combination of education with industrial production etc.

Finalmente, é num texto escrito por Karl Marx, em 1875, em que ele criticava o programa de criação do Partido Operário Social Democrata Alemão, que, normalmente, se apóiam muitas das discussões sobre as fases a serem percorridas para se atingir o comunismo e sobre as possíveis feições de uma sociedade comunista.

Nesse texto, Marx apresenta seu ponto de vista sobre o funcionamento de uma primeira fase de organização de uma sociedade que teria abolido a propriedade burguesa. São indicações de como seria dividido o produto social, sobre a forma de apropriação desses produtos pelos indivíduos, sobre as formas do direito e do Estado na sociedade recém saída do seio da sociedade capitalista, e que seria como a primeira fase da sociedade comunista. Ele primeiro fala de como se faria a divisão dos frutos da produção. Desse modo, do produto total caberia deduzir, antes de mais nada, todas as rubricas destinadas às necessidades de reprodução dos meios de produção: a) uma parte para repor os meios de produção consumidos (depreciação) b) Uma parte para reinvestimento c) um fundo de reservas contra acidentes, catástrofes naturais etc

Depois, antes que se fizesse a repartição individual, ainda haveria que se fazer mais três tipos de deduções: a) dos gastos da administração que não se referirem à produção b) dos gastos para manter escolas, hospitais e outras instituições necessárias à sociedade em seu conjunto c) gastos para a sobrevivência das pessoas que sejam incapazes de trabalhar. Somente depois de feitas todas essas deduções, portanto, as pessoas poderiam ter acesso aos bens de consumo individualmente.

Quanto às relações de troca, elas não terão mais lugar logo na primeira fase da sociedade comunista, baseada na propriedade comum dos meios de produção, dado que o trabalho despendido na produção não aparecerá mais "como valor de estos productos como una cualidad material, poseída por ellos, pues aquí, por oposición a lo que sucede en la sociedad capitalista, los trabajos individuales no forman ya parte integrante del trabajo común mediante un rodeo, sino directamente(...)" (Marx, K., 1978, p.15).

Aos que não conseguem conceber a produção sem o concurso das trocas e, portanto, do dinheiro, Marx lembra que ele fala de uma sociedade comunista que não se desenvolveu sobre sua própria base, mas a partir de uma sociedade capitalista e que, portanto, carrega a marca das relações vigentes nesta. O direito nela ainda estará impregnado de um caráter burguês. É assim que o produtor, depois de separado o necessário para o fundo comum vai retirar dos depósitos sociais dos meios de consumo, mediante um cupom, exatamente o equivalente ao trabalho por ele aportado: "(...) la misma cantidad de trabajo que ha dado a la sociedad bajo una forma, la recibe de ésta bajo otra forma distinta" (Ibid.,pp.15-16). Nesse caso, mantém-se o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, isto é, a troca de equivalentes. No entanto, lembra Marx, a forma e o conteúdo são diferentes do que ocorria na sociedade produtora de mercadorias, pois, na nova organização social, ninguém pode se tornar dono dos meios de produção e, portanto, não tem como viver senão do seu próprio trabalho⁶.

Mas apesar do evidente progresso em relação às formas anteriores, persiste a limitação burguesa. Os trabalhadores recebem de acordo com o trabalho aportado, assim, a igualdade entre eles se mede por um critério universalmente aplicado, o trabalho. Ocorre que alguns têm vantagens naturais sobre outros, tanto físicas quanto intelectuais e, com o mesmo tempo de trabalho, obterão produção diferente. Portanto, se é um direito que não traz mais distinção e nem privilégios de classes, por outro lado "... reconoce, tácitamente, como otros tantos privilegios naturales, las desiguales aptitudes de los individuos, y, por consiguiente, la desigual capacidad de rendimiento. En el fondo es, por tanto, como todo derecho, el derecho de la desigualdad" (Ibid.,p.16) .

⁶ Pelo que vimos durante este trabalho, Cuba não foi durante todo o tempo um regime sem nenhum tipo de propriedade privada. Agora, porém, essa forma de propriedade está bem mais disseminada.

Mas esses indivíduos desiguais só serão medidos pelo mesmo critério se forem vistos desde um aspecto parcial, apenas enquanto trabalhadores e não como homens possuidores de muitos outros atributos. Além de tudo, lembra Marx, aparte essa diferença de aptidões naturais, ainda ocorre que alguns trabalhadores têm maiores necessidades do que outros, pois são casados, têm filhos ou mais filhos do que outros e assim por diante. Desse modo, com igual trabalho e igual retirada dos fundos sociais, as desigualdades permanecerão, dado que alguns terão satisfeitas suas necessidades enquanto outros, não. E Marx conclui:

"Para evitar todos estos inconvenientes, el derecho no tendría que ser igual, sino desigual. Pero estos defectos son inevitables en la primera fase de la sociedad comunista, tal y como brota dela sociedad capitalista después de un largo y doloroso alumbramiento"(Ibid.,p.17). Assim, somente "(...)en la fase superior de la sociedad comunista, cuando haya desaparecido la subordinación esclavizadora de los individuos a la división del trabajo, y con ella, la oposición entre el trabajo intelectual y el trabajo manual; cuando el trabajo no sea solamente un medio de vida, sino la primera necesidad vital; cuando, con el desarrollo de los individuos en todos sus aspectos, crezcan también las fuerzas productivas y corran a chorro lleno los manantiales de la riqueza colectiva, sólo entonces podrá rebasarse totalmente el estrecho horizonte del derecho burgués, y la sociedad podrá escribir en su bandera: ¡De cada cual, según sus capacidades; a cada cual, según sus necesidades!" (Marx,K.,1978,p.17).

Finalmente, Marx faz considerações sobre o Estado numa futura sociedade comunista. Este teria de transmudar-se de um órgão que se coloca acima da sociedade, no sentido de que a controla e domina, em outro, completamente subordinado a ela. Marx pergunta: que transformação sofreria o Estado numa sociedade comunista? A esta indagação, ele diz que se pode responder apenas cientificamente, isto é, para ela não se tem receitas prontas, porém, é certo que o período de transição entre uma sociedade e outra, de transformação revolucionária de

uma sociedade em outra, não pode prescindir de um Estado por meio do qual o proletariado exerça uma ditadura revolucionária.

Com obviedade, a teoria socialista não se resume apenas às citações feitas, no entanto, as informações acima devem ser suficientes para se ter uma noção do projeto de sociedade que se pretendia desenvolver em Cuba. Os valores da organização social cubana, os princípios a partir dos quais toma suas decisões econômicas, organiza seu sistema político, são diametralmente opostos aos valores prevalecentes no mundo capitalista.

Dito isso, poderíamos indagar até que ponto o discurso socialista se assemelha à verdade da realidade cubana. Nesse caso, não resta dúvida, e assim o atestam mesmo estudiosos não socialistas, de que, se Cuba não tem todas as características de um regime socialista, tal qual expostas nos textos de Marx e Engels acima referidos, muitas conquistas há e que, a nosso ver, seriam suficientes para colocar Cuba, pelo menos, como uma sociedade do tipo que Marx descreve como de transição para o comunismo.

Nossa opinião é de que o regime cubano de fato possui algumas das características do socialismo descrito por Marx e Engels. A propriedade dos meios de produção deixou, em sua maior parte, de ser privada. Se há diferença entre ser propriedade estatal ou genuinamente coletiva, é outra discussão. Afinal de contas, para a propriedade ser considerada coletiva, ela não pode estar nas mãos de ninguém isoladamente e ao mesmo tempo tem de estar nas mãos de todos. Assim, a solução é aceitar que ela esteja nas mãos de um poder público. Se damos o nome de Estado a esse poder, mas se ele não funciona como uma instância, como um aparato utilizado por uma minoria que se quer superior à maioria, e que toma decisões em nome desta, está democratizado, no sentido de que todos, de fato, influem em suas decisões,

então a propriedade dos meios de produção é , de fato, coletiva, sendo que tanto faz se a chamamos estatal ou coletiva.

Se prestarmos atenção àquelas medidas listadas no “Manifesto”, veremos que, em maior ou menor grau, elas foram todas implementadas em Cuba. Por outro lado ,se formos um pouco além,veremos que Cuba também não tem algumas das características da sociedade de transição imaginada por Marx em seu “Crítica do Programa de Gotha”, por exemplo, a abolição do uso do dinheiro e do sistema de assalariamento ou ainda um Estado completamente subordinado à sociedade.A esse respeito, as opiniões variam muito⁷. Paul Swewzy(1980, pp.. 7-8), a propósito da discussão sobre as reais feições do socialismo, escreveu o seguinte:”Se investigarmos melhor, veremos que os fundadores do marxismo- o próprio Karl Marx e seu íntimo colaborador Friedrich Engels- abstiveram-se cuidadosamente de quaisquer projetos da sociedade socialista do futuro e, na verdade , quando discutiram suas características, trataram-na como uma sociedade transitória entre o capitalismo e o comunismo(que eles consideravam como a meta final em cuja direção marchava a história).Com esse pano de fundo, não é de surpreender que não tenha havido nunca um consenso entre os marxistas, e ainda menos entre os antimarxistas ou os não-marxistas, sobre o que seria ou deveria ser uma sociedade socialista no mundo real.”

Por fim, nossa opinião é de que a própria mudança histórica deu um novo valor para o regime cubano.Quando ainda existiam as sociedades do “socialismo real” e fazíamos nossas críticas sobre o distanciamento que ele parecia guardar em

⁷ .”Os tradicionais partidos de esquerda têm integrado os trabalhadores em organizações burocráticas que lutam pelo poder.E se/e quando o conseguem, estatizam os meios de produção, guindando tecnocratas aos cargos de direção, e a essa estatização chamam ‘socialização dos meios de produção’.A estatização dos meios de produção, a preservação do salariado como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do Estado, são práticas dominantes na URSS, China, países do Leste Europeu e Cuba.Houve uma revolução? Sim.A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem no partido- seja socialista (PS) ou seja comunista(PC)- seu principal instrumento de disciplinação do trabalhador” (Tragtenberg,M., 1986, p.8).

relação ao socialismo de Marx e Engels, de certa forma era legítimo imaginar que estivéssemos mesmo na era das inexoráveis revoluções socialistas e que talvez as forças do socialismo tivessem um vigor que fizesse com que a URSS retomasse à luta pela edificação da sociedade comunista. Hoje, mesmo que assumamos que Cuba talvez tenha um “proto-socialismo”, isto é um socialismo numa fase “larvar”, conforme expressão de Bahro (1980, p.24), esses julgamentos sobre o caráter do socialismo assumem uma nova dimensão. Trata-se agora de que, o que nos restou (o “proto-socialismo”) é aquilo que mais próximo está de uma sociedade socialista, principalmente no sentido daquela busca de valores mais adequados à sobrevivência da espécie humana. Talvez nos tenha restado agora o fundamento ético de nosso projeto anterior⁸, que serve para manter vivos os valores socialistas e, no confronto com os valores do mundo capitalista, afirmá-los como superiores e como alternativa a que ainda podemos recorrer.

A seguir, faremos uma revisão de uma seção do texto da CEPAL, o mesmo que viemos utilizando até agora⁹, que discorre sobre as conquistas sociais em Cuba, sendo que dentre elas, destacaremos as ações no setor de saúde e educação. Pretendemos, com essas informações, mostrar que Cuba, após a Revolução, inegavelmente trilhou um caminho de resgate da condição humana, e que se aproximou, de fato, daquela primeira fase da sociedade comunista, conforme descrito nos textos de Marx e Engels apresentados acima.

⁸ Existe uma discussão sobre a relação entre ética e socialismo. Dois verbetes do Dicionário do Pensamento Marxista, editado por Tom Bottomore, a ilustram bem: “O socialismo de Marx não se baseia numa exigência moral subjetiva, mas em uma teoria da história” (cf. verbe *Ética*, 1988, 141), e: “o marxismo se opõe a toda e qualquer moralização (...) [sendo que] a crítica marxista tanto do capitalismo como da economia política não é moral e sim científica. Por outro lado, os escritos de Marx estão cheios de juízos morais, implícitos e explícitos. Desde os primeiros escritos em que expressa seu ódio ao servilismo quando discute a alienação nos *Manuscritos Econômico Filosóficos* e em *A Ideologia Alemã*, até os violentos ataques às condições vigentes nas fábricas e à desigualdade em *O Capital*, é evidente que Marx era movido pela indignação e por um intenso desejo de um mundo melhor. O mesmo vale para Engels e para a maior parte dos pensadores marxistas que lhes seguiram” (Ibid., verbe *Moral*, p. 270).

⁹ “la Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño en los noventa”, 1997.

Conforme citação feita anteriormente, desde 1959, a política econômica cubana tem dado preferência à alocação de recursos em favor dos setores sociais com a finalidade de melhorar progressivamente os níveis de bem estar da população. Passados mais de 40 anos da Revolução, Cuba, mesmo com a forte crise econômica de 1989, coloca-se ainda, de maneira geral, em situação privilegiada, acima da média latino americana, quando se faz uma comparação de alguns indicadores de bem estar social, e isso ocorre mesmo em relação à países de maior renda, como o Brasil. Vejamos alguns deles :

- a) Expectativa de vida (1990-1995) : 75,3 anos.
- b) Oferta calórica diária por habitante em 1992 : 2833 calorias
- c) Número de médicos por habitante (1988-1991) : 332
- d) Número de leitos hospitalares por 1000 habitantes (década de 1990) : 7,5
- e) População analfabeta com mais de 15 anos (década de 1990) : 6 %
- f) Taxa bruta de matrícula nos três graus de ensino (1992): 63%

Esses são resultados de esforços continuados, por mais de três décadas, para melhorar e difundir serviços de saúde, de educação, cultura, esportes etc. Com isso não queremos afirmar que jamais tenha havido erros de concepção ou de implementação das medidas, e que nem que alguns setores não tenham realmente ficado em relativo atraso quanto aos demais, mas é certo que houve uma política deliberada de busca da igualdade em vários níveis, tanto entre os indivíduos, como dentro do país como um todo, isto é, entre as regiões e as províncias, entre cidade e campo etc.

Cuba: dinâmica dos gastos sociais.

Anos	Gastos em serviços sociais	% de variação
1989	3750,1	
1990	3816,6	1,7
1991	3743,0	-1,9
1992	3811,2	1,8
1993	4008,0	5,1
1994	4021,6	0,3
1995	4179,7	3,9
1996	4439,0	6,2
1997	4490,2	1,2
1998	4727,0	5,3

Fonte: González, V.T., 2000.

Destacaremos adiante a evolução em dois dos principais setores de aplicação dessa política social em Cuba.

Começando pela Saúde, como resultado de investimentos feitos em anos anteriores, tanto em infra-estrutura material como em quadros de recursos humanos, com a rápida formação de médicos, para-médicos e de outros profissionais de saúde, além de investimento na abertura de novas faculdades de medicina, com a melhoria do ensino em toda a área de saúde, Cuba pôde, nos anos 80, ampliar os serviços de saúde e o atendimento médico para todas as regiões do país e também elevar os níveis de qualidade de alguns desses serviços aos melhores padrões internacionais.

Ao mesmo tempo em que se intensificou a alocação de recursos para a área de saúde, algumas medidas de melhoria de organização e planejamento tornaram possível a obtenção de bons resultados quanto à redução de custos, quanto à melhoria dos níveis de assistência médica, além de se obter êxito na difícil tarefa de fazer com que a população mudasse hábitos de vida prejudiciais à própria saúde. Tudo isso foi possível graças à instituição do atendimento domiciliar pelos médicos de

família. Com essa estratégia, de diagnóstico antecipado e, portanto, de profilaxia, logrou-se a diminuição dos custos com o atendimento hospitalar, com os remédios etc.

Como parte desse esforço de melhoria das condições de saúde da população cubana, investimentos maciços foram feitos também em infraestrutura, com a construção de vários hospitais, inclusive de grande dimensão, com capacidade de até 700 leitos. Adquiriram-se também equipamentos de tecnologia avançada, tais como aparelhos de ressonância magnética e outros de detecção de doenças pré-natais.

Por último, não podemos esquecer da ênfase dada ao desenvolvimento da pesquisa científica, que propiciou a criação de núcleos de pesquisa em medicina e biotecnologia. Em consonância com essas medidas, investiu-se no desenvolvimento da indústria farmacêutica, o que permitiu, em boa medida, a substituição de importações de medicamentos do exterior, e que hoje dá a Cuba vantagens comparativas, nesses setores, em relação a outros países.

Já sabemos que, mesmo diante da crise, o governo cubano decidiu manter como prioritários os investimentos no setor, e ainda que este também tenha sido afetado pela crise de 1989 e os gastos nele se reduziram em mais de 16% entre 1989 e 1996, continuam com status de prioritários.

Setor de saúde: disponibilidade de leitos, internações e consultas.

	Leitos		
	1989	1992	1995
Total	57142	58916	57124
Hospitais	52668	54350	52270
Maternidades	5199	5208	4926
Pediátricos	6668	7132	6498
Gerais e outros	40801	42010	40846
Institutos de pesquisa	1015	963	899
Outras unidades	3459	3603	3955
Policlínicas e outras	1198	1080	823
	Internações(milhares)		
	1989	1992	1995
Total	1671	1507	1478
Hospitais	1579	1436	1410
Maternidades	253	226	219
Pediátricos	277	236	248
Gerais e outros	1050	973	943
Institutos de pesquisa	18	15	14
Outras unidades	74	56	53
Policlínicas e outras	29	12	7
	Consultas (milhares)		
	1989	1992	1995
Total	66864	68396	75130
Hospitais	24214	20399	19749
Maternidades	1613	1243	1217
Pediátricos	3495	2891	3216
Gerais e outros	19107	16266	15316
Institutos de pesquisa	351	293	301
Outras unidades	42299	47703	55080
Policlínicas e outras	----	-----	-----

Fonte:CEPAL,1997,p.Quadro A .61

Quanto ao setor de Educação, novamente, é num texto da CEPAL (1997), que se pode ler que, desde o início dos anos de 1960 se empreendem medidas para garantir a extensão de serviços educacionais, reduzir drasticamente o analfabetismo e readequar e melhorar a qualidade técnica do sistema educacional em Cuba. Entre as medidas mais importantes tomadas estão a "Campanha Nacional de Alfabetização", de 1961, que resultou em grande redução do número de analfabetos, e a Lei de 6 de Junho de 1961, que tornou o ensino gratuito para toda a população.

Criou-se em Cuba o SNE (Sistema Nacional de Educação) , cujos princípios de atuação enfatizam o caráter de massas da educação, a relação estreita entre o estudo e o trabalho, a participação da sociedade na educação, a igualdade no acesso aos centros educacionais, e o caráter gratuito do ensino etc.

O SNE é formado por vários subsistemas :

a) pré-escolar, que funciona tanto nas escolas formais como nos lares cubanos, sendo que neste último caso, com o apoio da Federação das Mulheres Cubanas e de alguns Ministérios, o sistema tem-se estendido para todo o país. Em 1996, cerca de 630000 crianças, principalmente menores de 5 anos, receberam instrução por essa via. Quanto à escola formal, ela compreende os chamados "círculos infantis", para crianças de até quatro anos, e a pré-escola propriamente dita. A extensão desses círculos infantis, isto é, centros de educação formal, foi interrompida pela crise econômica, daí a alternativa de ampliação do ensino nos lares.

b) o subsistema de educação geral, politécnica e para o trabalho. É o principal em tamanho, pois inclui desde a educação primária até a pré-universitária. É garantido a todos os alunos que terminem essas três etapas a possibilidade de continuar seus estudos, com a opção de escolher entre a carreira universitária a ou técnica profissionalizante.

c) Educação técnica e profissional. Trata-se do subsistema de formação de trabalhadores qualificados e de técnicos de nível médio. Os estudantes dessa categoria dividem seu tempo letivo entre atividades teóricas e práticas, sendo que nestas, participam diretamente em tarefas de produção de bens e serviços.

O SNE conta ainda com os subsistemas de Educação especial, para a população infanto-juvenil portadora de doenças mentais e de deficiência física;

d) Formação e aperfeiçoamento de docentes. Neste caso, a ênfase vem variando, mas ultimamente se dá prioridade à formação de docentes pós-graduados, de forma a aproveitar a oportunidade de obter renda ou divisas com o desenvolvimento de atividades de docência no exterior ou ainda com a organização de cursos internacionais.

Ainda há outros dois subsistemas: Educação de adultos, com o objetivo de diminuir a população adulta analfabeta (atualmente, em torno de 4%); Educação superior.

Da mesma forma que no setor de saúde, apesar da situação econômica difícil, as políticas governamentais vêm tentando preservar as conquistas no setor educacional, mantendo-o como um dos prioritários em termos de destinação de investimentos. Os bons níveis de escolaridade da sociedade cubana têm sido mantidos, com poucas exceções, e não se tem fechado escolas, ainda que as condições físicas delas sejam muitas vezes bastante precárias.

**Matrícula inicial e graduados em anos escolares selecionados, por níveis de ensino(por
10000 habitantes)**

	Matrícula inicial				Graduados		
	1988- 1989	1990- 1991	1994- 1995	1995- 1996	1988- 1989	1990- 1991	1994- 1995
Total	2492,1	2310,6	1967,2	1976,5	527,1	394,8	352,2
Pré-escolar	135,9	153,0	146,2	151,2	-----	-----	-----
Primária	850,8	816,7	919,5	933,2	146,5	122,7	132,2
Média	1086,5	940,3	636,2	638,8	309,2	198,2	161,7
Secundária básica	507,0	410,4	327,1	345,5	151,2	130,0	85,6
Pré-universitário	220,8	208,0	79,1	71,2	56,9	59,9	13,1
Pessoal pedagógico	28,9	27,2	3,5	1,1	8,0	8,3	1,8
Técnico-profissionalizante	329,9	294,6	226,5	221,0	93,0	---	61,1
Técnico médio	280,1	253,7	180,5	165,6	68,8	65,2	45,9
Qualificação para o trabalho	49,7	40,8	46,1	55,5	24,2	18,7	15,2
Adultos	134,4	122,8	88,0	94	37,2	34,7	26,2
Especial	46,3	54,3	48,9	48,0	2,8	2,9	3,2
Superior	236,9	223,0	128,5	111,3	31,4	36,2	28,9
Científico-técnico	----	62,4	37,1	31,5	-----	8,5	8,7
Sociais e humanas	----	23,4	16,9	14,7	-----	2,6	3,8
Pedagogia	----	102,3	44,0	37,7	-----	19,2	10,0
Ciências médicas	----	35,0	30,5	27,3	-----	6,0	6,4
Outras	1,2	0,5	-----	-----	-----	----	----

Fonte: CEPAL, 1997, Quadro A. 62.

Conclusão

Pelos números que apresentamos para a caracterizar a deformação sofrida pela economia cubana com o fim do comércio com os países do CAME, é aceitável concluir, que não foi - pelo menos como elemento a precipitar uma crise de proporções tão grandes - um defeito do socialismo (no seu aspecto de regime de propriedade estatal dos meios de produção), como uma possível incompatibilidade congênita dele com a eficiência na produção, o que levou a sociedade cubana à crise econômica de finais dos anos de 1980, e, conseqüentemente, à necessidade de abrir a economia ao capital estrangeiro, implementando reformas de cunho capitalista na direção da economia. Os números deixaram claro que não havia alternativa que permitisse a Cuba obter divisas para manter suas necessidades de importação, quando o País não dispunha de uma estrutura produtiva direcionada (ou mesmo preparada) para a exportação para os países capitalistas ou para enfrentar a concorrência no comércio internacional. O bloqueio norte-americano também tem influência sobre essa capacidade, bem como a falta de acesso a financiamentos externos.

Assim, julgamos que tenha ficado claro que a dependência cubana daquela relação era muito forte, desde o comércio favorecido até a conformação da própria estrutura produtiva, desenvolvida de forma a atender ao comércio com os países do CAME, de acordo com o posto assumido por Cuba na divisão internacional do trabalho feita com aqueles países. Portanto, a extensão da dependência foi determinante para a dimensão da crise.

A crise econômica cubana não deve, necessariamente, ser vista como uma crise do socialismo, pois o erro não parece estar em se manter a economia planificada

e a propriedade estatal dos meios de produção. O País se vê forçado a alterar a rota da economia em razão da mudança na correlação de forças internacional e do conseqüente isolamento de Cuba, vítima ainda de um forte bloqueio econômico. As reformas são resultado de fatores extrínsecos e não significam que a alternativa socialista seja economicamente inviável¹.

Por outro lado, e no que se refere à discussão sobre o socialismo na Ilha, procuramos mostrar o que se buscava em Cuba para que o leitor pudesse ter uma idéia da radical mudança de paradigmas que as reformas trouxeram. Para que ele, leitor, tomasse conhecimento de onde parte o regime cubano, de quais princípios parte, e porque não se trata de simplesmente voltar a uma economia de mercado, como se, em termos de concepção do desenvolvimento humano, em termos de fins da produção, não houvesse diferença entre uma economia socialista e uma economia capitalista.

Apesar de que não fosse nossa intenção discutir se Cuba é ou não genuinamente socialista, procuramos esclarecer o que se buscava em Cuba, isto é, quais deviam ser as características do regime socialista conforme entendido por Marx e Engels, para apoiar nossa opinião de que o País tem muitos traços de um regime socialista. E se não se pode dizer que o socialismo sempre foi plenamente vigente lá, podemos ao menos considerar Cuba como uma sociedade em transição para o comunismo, ainda que numa fase "larvar" e muito incipiente.

Também afirmamos que a preocupação de fundo no trabalho era apresentar o socialismo como um regime que serve como melhor base para a harmonia social, o

¹ Dissemos que a economia vinha sofrendo algum estancamento na segunda metade dos anos de 1980, mas aqui trata-se das reformas pró-mercado. Quanto a elas, não há dúvida de que foram impostas pelas circunstâncias. Não se cogitava de fazer tais reformas para resolver os problemas da economia, com base numa abertura para o regime capitalista. A prova é que somente depois de um certo tempo, após 1993, passou-se a pensar em reformas realmente estruturais.

único que permite melhorar moralmente o homem, que se preocupa com as relações humanas, situação que não importa ao regime capitalismo. Assim, em apoio a essa tese, mostramos que, em Cuba, a população melhorou significativamente seus níveis de vida depois que foi abolida a exploração capitalista e os meios de produção foram transformados em propriedade estatal, passando a economia, a ser dirigida de uma forma planificada. As conquistas sociais cubanas foram apresentadas para corroborar essa tese.

Se levarmos em consideração alguns dados da ONU, organismo que absolutamente não preconiza a adoção do socialismo como solução para os problemas que afetam a população do Planeta, então saberemos que mais de 790 milhões de pessoas atualmente sofrem com o flagelo da fome. Uma simples comparação nos poderia dar uma idéia do que representa esse número: trata-se de uma cifra cinco vezes maior do que a de toda a população brasileira aferida no último censo nacional. E entre essa população faminta, estão nada menos do que 200 milhões crianças.

Diante desse quadro, que leva em consideração apenas o mal extremo da falta de alimentação, deixando-se ainda de lado outros indicadores de pobreza material e de má qualidade de vida, tais como um mundo cada vez mais dominado pelo narcotráfico, de metrópoles superpopulosas, poluídas, com níveis de criminalidade alarmantes, vastos contingentes que nem sequer atingiram o nível da alfabetização etc., pois, diante desse quadro não haveria nada mais atual do que um apelo urgente por uma administração racional e sustentável dos recursos do Planeta, juntamente, óbvio, com uma distribuição igualitária dos frutos da produção material e cultural.

Dado que a realização de tal administração inclusiva nos marcos de um regime capitalista mostra-se inatingível, o que tem sido fartamente demonstrado

historicamente, pois se aprofundam sempre mais as disparidades entre os vencedores e os perdedores na disputa pelos frutos da produção, resta-nos, com todas as correções necessárias, retomarmos urgentemente as formas socialistas de produção e distribuição².

Sob o socialismo, como um regime que prioriza as necessidades coletivas frente às puramente individuais, haveria muito menos obstáculos para a utilização racional dos recursos à nossa disposição no Planeta. O desenvolvimento econômico, na perspectiva socialista, é um meio de libertação do homem e não um fim em si. O esforço de produção, atividade social, deve ser completado com uma apropriação (ou distribuição) cada vez mais inclusiva e socializada, isto é, que procure atender às necessidades de todos e não apenas de uma classe, ou de estratos de classes.

Muitos há que não concordam que se possa chamar a economia cubana de "socialista", na acepção da palavra. De fato, há muita diferença entre a propriedade simplesmente estatal da economia e a propriedade genuinamente coletiva dos meios de produção. Conforme pudemos ver pelos textos de Marx e Engels, a primeira tarefa de uma revolução socialista seria tornar coletiva a posse dos meios de produção, abolindo-se a propriedade privada capitalista. Agora, trata-se de algo bastante diferente: abolir a propriedade privada burguesa para entregá-la nas mãos de uma elite estatal dirigente, que passa a decidir os destinos da nação em nome dos trabalhadores, quando eles mesmos continuam sem controle sobre seu próprio destino, sem participar do processo de decisão sobre as questões vitais para o seu próprio desenvolvimento.

² É a própria Cuba que nos traz a demonstração disso. Se o que nos interessa são as conquistas sociais, então, o regime adotado em Cuba mostrou perfeitamente que é muito mais adequado para a obtenção delas.

Talvez não seja esse o caso de Cuba, dado que, em muitas situações, é difícil dar crédito aos opositores do regime cubano, pois é fácil perceber que as noções pelas quais julgam a sociedade cubana normalmente estão embasadas nos princípios de uma sociedade “liberal-capitalista”. Os valores sociais a que fizemos referência nos parágrafos anteriores não são levados em consideração nessas “críticas”.

Por outro lado, Cuba, ainda que tenha estado durante muito tempo ligada aos países do “socialismo real”, desenvolveu um modelo próprio, um tanto diferente, pelo menos em termos políticos, daqueles dos países do bloco soviético. Não se tem notícias *críveis* sobre formas repressivas e de controle baseadas no terror, como ocorreu em vários dos países do “socialismo real”. Fala-se muito, na imprensa internacional, que Fidel Castro comandaria uma “ditadura” sobre o povo cubano. Porém, é conveniente não esquecermos que, para os marxistas, e conforme pudemos perceber pela citação do texto da “Crítica ao Programa de Gotha”, de Karl Marx, esse conceito (de ditadura) não deve ser tomado no sentido absoluto, como se fora sempre indesejável. Mudado o conteúdo, é completamente diferente falar-se de uma “ditadura do proletariado”, no sentido em que os trabalhadores, como maioria do povo, não permitam que se restabeleça a “pro-slavery rebellion”, como dizia Engels, e que se reimplante o regime capitalista de produção.

A despeito da forte propaganda ideológica, segundo nos informam Carcanholo e Nakatani (2003,p.20), em Cuba, não há obrigatoriedade do voto, mesmo assim , as eleições se caracterizam por elevada participação popular. Em dezembro de 1992, por exemplo, mais de 92% dos eleitores teriam comparecido às urnas para eleger, por voto secreto, seus delegados para as assembleias municipais, sendo que, nas eleições para a Assembleia Nacional, o número dos eleitores que compareceram às urnas esteve em torno de 99% do total. Por último, esses mesmo autores citam

José Bell Lara, que mostra que o sistema político cubano possui mecanismos de controle dos eleitores sobre os eleitos, bem como a possibilidade de revogação dos mandatos daqueles que não venham a cumprir a contento as funções para as quais foram escolhidos. Segundo Lara, 84% dos adultos fazem parte dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), 80% das mulheres pertencem à Federação das Mulheres Cubanas(FMC) e 99% dos trabalhadores, à Central de Trabalhadores de Cuba. Isso significa, na opinião de Lara, que ‘ (...) A socialização do político no tecido da vida cotidiana faz parte da nova cultura política do país(...)’ (Lara, 1999,p.53-55, cit. por Carcanholo e Nakatani, 2003, p.20).

Tentamos, menos por não concordar que assim seja, evitar o uso do termo “socialista” para designar a economia cubana. Mas isso apenas por “prudência”, dado que cremos que haja, perfeitamente, possibilidade de se ver Cuba como uma economia socialista, se entendermos o socialismo como o período político-econômico de transição para uma sociedade comunista, pois isso também não implica em aceitar que o País esteja sequer próximo de atingir essa meta. Agora, também não aceitamos que Cuba seja equiparada às sociedades do antigo “socialismo real”, dado que aquelas optaram pela restauração pura e simples do capitalismo. Ao contrário disso, o Partido Comunista Cubano, mantém-se no controle da economia, não abre mão de manter o mais possível a propriedade estatal dos meios de produção fundamentais, recua estrategicamente para a aceitação de relações monetário-mercantis na economia, mas, reafirma seus ideais socialistas e, mais do que tudo, como foi mostrado neste trabalho, procura evitar, ao máximo, o processo de diferenciação social e que as prioridades eleitas na economia cedam lugar a outras, de aproveitamento exclusivo de uma nova elite. Se Cuba tem reconhecidas conquistas sociais, em termos de saúde, educação, cultura, elas continuam como valores fundamentais para a sociedade cubana.

Apesar de que tem havido, depois de 1994, certa recuperação da economia cubana, os desafios a enfrentar ainda são maiúsculos. Sabemos do perigo da abertura da economia a iniciativas econômicas privadas, com a possibilidade de retorno das relações capitalistas de produção para toda a economia, portanto, a manutenção dos ideais socialistas exigirá ainda muita firmeza de propósitos do Partido Comunista e da população cubana. De qualquer forma, pode ser que "o avançado grau de desenvolvimento das relações de solidariedade decorrentes das décadas de avanço do programa de implementação do socialismo "(Carcanholo & Nakatani, 2003, p. 20), signifique, pelo menos, um fôlego a mais para o futuro do socialismo no mundo, na expectativa de que a correlação de forças se altere e que Cuba possa ainda surgir, mais tarde, como referência para um mundo que busque valores mais adequados à sobrevivência da espécie humana.

Bibliografia

- BAÑUELOS, G.P. **Las Reformas Económicas en Cuba: de un modelo de planificación centralizado a la planificación descentralizada (1959-2000)**: México, Universidad Autónoma de Baja California Sur México, 2001.
- BAHRO, R. **A Alternativa (para uma crítica do socialismo real)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CARCANHOLO, M. D. , NAKATANI, P. **Cuba: socialismo de mercado ou planificação socialista**. 2003.
- CEPAL. **La Economía Cubana (Reformas estructurales y desempeño en los noventa)** . México: Fondo De Cultura Económica, 1997.
- CORDOVI, J. T. **Cuba 1998: La reanimación económica y las restricciones del crecimiento** .http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/triana1_301101.htm
- _____. **La economía cubana en 1999**.
http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/triana2_301101.htm
- ENGELS, F. , MARX, K. . **A Sagrada Família**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- ENGELS, F. , MARX K. **Manifesto of The Communist Party**. London : William Reeves Bookseller LTD , 1888.
- ENGELS, F. , MARX, K., LENIN. V. I. , **On Communist Society**. Moscow: Progress Publishers, 1981.

ENGELS, F. **Princípios do Comunismo**. Lisboa: Marx & Engels Collected Works.

ENGELS, F., **Socialism: Utopian and Scientific**. Moscow, Progress Publishers, 1978.

GONZÁLES, V. T. **Cuba: Efectos sociales de la crisis y el ajuste economico de los 90's**.
http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/togores1_311201.htm

HIDALGO, V. . El debate sobre regimenes cambiarios en economias dolarizadas: el caso de Cuba.

MARX, K. **Crítica do Programa de Ghota**. Lisboa: Marx & Engels Collected Works.

MARX, K. **A Guerra Civil em França** . Lisboa-Moscovo : Edições Avante, 1983.

MATISSE, RÉMY H. , NAKATANI, P. **Elementos de reflexão para um desdolarização cubana**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MURUAGA, A. F. **Cuba: external opening, labor market and inequality of labor incomes**. New York: Oxford University Press, 2001.

PARRONDO, M.M. , **Los retos de la profundización de las reformas económicas en Cuba**. Canadá: Carleton University, 1999.

RITTER, A. R. M. **An overview of Cuba's economy in the 2000s:Recuperation and/or Relapse** . Canadá, Carleton University, 2003

RITTER, A. R. M. , ROWE,N. **Cuba: from “dollarization” to “Euro-ization” or “Peso re – consolidation”?** Canadá: Carleton University, 2000.

STRAHM, R. H. **Subdesenvolvimento, por que somos tão pobres?** Petrópolis, R. J. : Vozes, 1991.

SWEEZY, P.M. **A Sociedade Pós-Revolucionária.** Rio de Janeiro: Zahar editores,1981.

TRAGTENBERG. M. **Reflexões sobre o Socialismo.** São Paulo: Moderna,1986.